

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/12/2012 a 31/12/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

A estratégia social. André Singer – Folha de São Paulo. 01/12/2012.....	4
Agropecuária cresce, mas sofre os efeitos externos. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 01/12/2012	4
Há 10 anos transformando produtores em empreendedores – Site da CNA. 03/12/2012	5
Cresce dependência de insumos importados. Fernando Lopes – Valor Econômico. 04/12/2012.....	6
O "mensalão" ruralista: a compra de votos pelas empresas do agronegócio. <i>Daniel Merli</i> – Site do MST. 05/12/2012.....	9
Estudo apresenta conceitos da ruralidade brasileira em reunião do Condraf – Site do MDA. 05/12/2012.....	11
Aumenta importação de máquinas agrícolas. Carine Ferreira – Valor Econômico. 05/12/2012.....	12
Programa para portos vai gerar eficiência e competitividade – Site da CNA. 06/12/2012	13
MDA ressalta importância da Ater em Dia Nacional da Extensão Rural – Site do MDA. 06/12/2012.....	14
Seguro rural: contrastes e reflexões. Vitor Ozaki – Valor Econômico. 07/12/2012	16
Abram-se portos! Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 08/11/2012.....	17
Verba não chega a áreas que sofrem com a seca. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 09/12/2012.....	19
Consumo e agricultura virão em alta, mas investimento não dá sinal de reagir. Sergio Vale – Folha de São Paulo. 09/12/2012	21
Estados disputam polo agrícola na Bahia. Nelson Barros Neto – Folha de São Paulo. 10/12/2012.....	22
Produção de grãos aumenta a renda de Estados do Norte e do Nordeste em 2012 – Folha de São Paulo. 11/12/2012.....	23
Receita rural. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 11/12/2012	24
Reunião discute apoio para a irrigação no Brasil – Site do MAPA. 12/12/2012.....	26
Capitais perdem espaço com avanço das commodities. Daniela Amorim - O Estado de S.Paulo. 13/12/2012.....	27
Pepe Vargas recebe presidente da Embrapa para estabelecer parcerias em 2013 – Site do MDA. 13/12/2012.....	28
China amplia as importações de cereais. Leslie Hook e Javier Blas Financial Times, Valor Econômico. 14/12/2012	29
Tecnologia que a cidade não vê. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 15/11/2012	30
Agricultor que sofreu com seca em 84 hoje está em área urbana – Folha de São Paulo. 16/12/2012.....	32
Pesquisa demonstra a pobreza gerada com o avanço do agronegócio. Aline Scarso – Site do MST. 17/12/2012	33

A fortuna de Rio Verde e de seu prefeito. Gerson de Freitas Jr. – Valor Econômico. 17/12/2012.....	37
Brizola inspira prefeito mais rico do país. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 17/12/2012.....	37
Uma era de oportunidades e desafios para os agricultores. Louise Lucas Financial Times, Valor Econômico. 17/12/2012.....	41
Brasil eleva exportações agrícolas para EUA; chineses lideram a lista. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 17/12/2012	43
Pepe Vargas destaca importância da Assistência Técnica e Extensão Rural – Site do MDA. 18/12/2012.....	44
Bolsa Família ganha maturidade e renda no Nordeste deve crescer menos. Arícia Martins – Valor Econômico. 18/12/2012	45
Dilma Roussef defende parceria do governo com o setor agropecuário para transformar o mundo rural brasileiro – Site da CNA. 19/12/2012	47
Vale vende unidade de fertilizantes à Petrobras. Rafael Rosas – Valor Econômico. 19/12/2012.....	48
Safra será grande, mas as margens devem cair. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 19/12/2012.....	49
BNDES libera R\$2,2 bi para fábrica de fertilizantes da Petrobras – O Estado de S. Paulo. 20/12/2012	53
Rabobank vê outro ano positivo para o campo. Fernando Lopes – Valor Econômico. 20/12/2012.....	54
Governo elabora plano para a pecuária – Folha de São Paulo. 21/12/2012.....	56
Clima tende a favorecer agricultura, mas há riscos. Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 26/12/2012	57
Pobreza extrema de crianças pode ir a 0,6% - O Globo. 27/12/2012.....	59
Defesa agropecuária fica à mercê de emendas. Tarso Veloso – Valor Econômico. 27/12/2012.....	60
Agricultores familiares atendidos por assistência técnica rural crescem 400% no Brasil Sem Miséria – Site do MDS. 27/12/2012	62

A estratégia social. André Singer – Folha de São Paulo. 01/12/2012

Entre a lei dos royalties e a MP das elétricas, o mandato de Dilma Rousseff vai chegando ao meio sem produzir novo marco na redução da desigualdade. O governo deveria aproveitar a janela não eleitoral que se abrirá no primeiro semestre de 2013 e enviar ao Congresso a Consolidação das Leis Sociais (CLS), que ficou na gaveta de Lula, deixando, assim, um legado definitivo.

A ampliação dos atendidos pelo Brasil Carinhoso, anunciada anteontem no Planalto, é, sem dúvida, positiva. Na prática, a presidente vem subindo o valor do Bolsa Família (BF). Pode parecer pouco para quem transita nas faixas A e B (a grande maioria dos leitores deste jornal), contudo, para os sete milhões de brasileiros que passarão a receber a partir de dezembro acréscimo mensal de R\$ 15,60, constitui adição significativa.

Representará, por exemplo, aumento de 45% na transferência para um grupo familiar constituído por pai, mãe e três filhos. No caso, os R\$ 78 suplementares permitirão, sobretudo onde o custo de vida é menor, como no interior do Norte e do Nordeste, incrementar o consumo de proteínas indispensáveis ao desenvolvimento das crianças. Em maio passado, outros nove milhões de beneficiários já haviam sido contemplados pela melhoria.

Daí a pensar que a mera elevação do BF possa "erradicar a pobreza absoluta", compromisso assumido na campanha de 2010, vai distância considerável.

Para diminuir a diferença entre uma coisa e outra, o Executivo rebaixou as metas, o que produz efeito estatístico enganoso. Em maio de 2011, adotou o objetivo de combater a "pobreza extrema", que se define por ingresso monetário cujo teto é a metade daquele posto pela "pobreza absoluta". Diminuiu-se, portanto, de maneira expressiva o número de indivíduos abrangidos pela categoria.

Mas não foi só. Equiparou-se a "pobreza extrema" à renda familiar per capita de até R\$ 70, o que corresponde, hoje, a aproximadamente um oitavo de salário mínimo quando, usualmente, o critério adotado é de um quarto de salário mínimo, ou seja, o dobro. Em consequência, com o aporte de alguns reais ao mês, pode-se dizer que o indivíduo saltou de condição, o que é falso.

Dilma não conseguirá "erradicar a pobreza", mas tem chance de transformar em direito o progresso gradual alcançado. A aprovação da CLS pelo Legislativo, imaginada como maneira de converter em política de Estado não só a BF como a valorização do salário mínimo, o acesso ao ensino superior e outros programas desenhados pelo modelo incremental do lulismo, representaria enorme ganho de cidadania. Ainda há tempo para realizá-lo.

Agropecuária cresce, mas sofre os efeitos externos. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 01/12/2012

A agropecuária adicionou R\$ 46,2 bilhões ao PIB (Produto Interno Bruto) no terceiro trimestre. O valor representa 5% dos US\$ 931 bilhões adicionados no período.

Os dados são do IBGE, que informa ter a agropecuária obtido o melhor desempenho do PIB no terceiro trimestre. O PIB teve evolução média de 0,9%, enquanto o agropecuário cresceu 3,6% em relação a igual trimestre de 2011.

O PIB agropecuário deste ano deverá mostrar, no entanto, a mesma tendência de 2009, quando o setor sofreu os efeitos da desaceleração econômica mundial. Neste ano, o PIB agropecuário tem queda acumulada de 1%. Uma evolução melhor da economia mundial teria acrescentado um valor maior ao setor agropecuário.

Há 10 anos transformando produtores em empreendedores – Site da CNA. 03/12/2012

"O conhecimento é oportunidade para o brasileiro crescer e se desenvolver", diz Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu

A solenidade de premiação do Empreendedor Rural 2012 foi além da homenagem aos autores de projetos elaborados durante o ano. O evento também marcou os dez anos de implantação do programa e os 20 anos de criação do SENAR-PR, um de seus idealizadores em parceria com Sebrae-PR, Fetaep e FAEP. Em reconhecimento à importância da data, a cerimônia, realizada nesta segunda-feira, 3 de dezembro, no Expo Trade Pinhais, reuniu cerca de 4.500 pessoas, entre empreendedores, líderes rurais, jovens agricultores aprendizes, participantes do Mulher Atual, presidentes e diretores dos sindicatos patronais e de trabalhadores rurais de todo o estado, bem como diretores e colaboradores do Sistema FAEP, Sebrae-PR, Fetaep e políticos.

Os participantes puderam visitar estandes de empreendedores que já implantaram seus projetos, consistindo em uma oportunidade para a troca de experiências entre os produtores paranaenses. Também assistiram a palestras e a uma apresentação musical.

No início da solenidade, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destacou que ao longo de duas décadas o SENAR-PR foi responsável por uma fatia do ganho de produtividade nacional. "Nestes 20 anos foram mais de dois milhões e 200 mil atendimentos e um milhão e cem mil pessoas capacitadas nas mais diversas atividades rurais, desde as mais simples até aquelas que requerem curso superior."

Lembrou ainda que mais de 18 mil trabalhadores e produtores rurais já receberam certificado do programa em dez anos. "Estes empreendedores, estes líderes sindicais, estes técnicos e parceiros estão fazendo projetos pensados, com as novas tecnologias, com o conhecimento que têm do mundo, e importantes ao desenvolvimento de nosso país", afirmou.

O presidente do Conselho do Sebrae-PR, Jeferson Nogaroli, afirmou que o programa é "uma importante ferramenta para os empreendedores rurais agregarem valor e produzirem riquezas. Esse curso é um passo a mais ao sucesso, e quem quer encontra o caminho".

Na sequência o presidente da Fetaep, Ademir Müller, parabenizou todos os produtores pelo trabalho e pelos projetos realizados, lembrando a importância da atividade para abastecer o mercado interno e às exportações. "O Programa Empreendedor Rural

permite uma visão mais real do setor, com investimentos melhor alocados em tecnologia e na administração das propriedades no campo", ressaltou.

A bancada paranaense no Congresso Federal foi representada pelo deputado Osmar Serraglio, que citou o Brasil como o maior exportador mundial de carne bovina e de frango, de açúcar, álcool e suco de laranja. "Os empreendedores rurais, com seu trabalho de sol a sol, são peças fundamentais na sustentação do país, que é o celeiro do mundo. Isso impulsiona a agricultura e o agronegócio."

Para a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), "este é um evento de educação, de conhecimento, e isso faz o brasileiro ter a oportunidade de crescer, de vencer. Parabéns, Ágide, porque o Empreendedor Rural é copiado no Brasil pela eficiência no Paraná".

A ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, também esteve presente ao evento. Ela comentou o orgulho de ser paranaense e de fazer parte de uma família de produtores. "Me dedico ao desenvolvimento da agricultura, com apoio total da presidenta Dilma Rousseff. A agricultura gera um terço das exportações brasileiras, é um setor estratégico para o país, por isso o governo está elaborando um plano integrado de desenvolvimento que reúne vários ministérios e a participação de todos os setores produtivos. Não é um plano de gabinete", salientou.

Já o governador Beto Richa citou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, como um "grande líder do setor rural do Paraná e do Brasil, com um trabalho competente na agricultura. E é um sucesso testemunhar o sucesso desse encontro de produtores rurais e de um programa de capacitação e desenvolvimento de lideranças. O talento de vocês à atividade produtiva recompensa toda a sociedade".

Cresce dependência de insumos importados. Fernando Lopes – Valor Econômico. 04/12/2012

Potência ascendente do agronegócio, com participações crescentes nas exportações de alguns dos principais produtos do setor comercializados no mundo, o Brasil depende cada vez mais de insumos importados para fomentar sua produção agropecuária e atender às demandas externa e doméstica por commodities, alimentos processados e biocombustíveis.

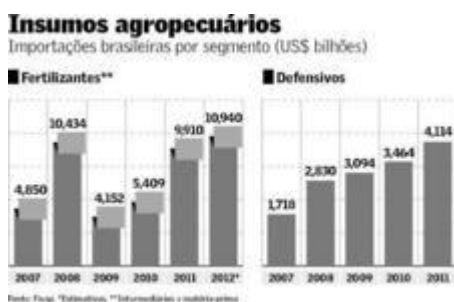
Estudo elaborado pelo Departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Deagro/Fiesp) a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) aponta que, em 2012, as importações de insumos por parte dos segmentos de fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos, nutrição animal e saúde animal deverão somar US\$ 18,593 bilhões.

Mais do que um crescimento de quase 10% em relação ao montante do ano passado (US\$ 16,956 bilhões), a projeção marca o quarto ano consecutivo de avanço das importações desses insumos e representa um salto de 123%, ou de mais de US\$ 10 bilhões, na comparação com o valor de 2007, ano-base do estudo. E não fosse a crise internacional de 2008, a tendência poderia ter sido até mais evidente.

Em 2007, as importações de insumos agropecuários por parte dos segmentos destacados pela Fiesp atingiram US\$ 8,340 bilhões, montante que ascendeu para US\$ 15,656 bilhões no ano seguinte, quando as commodities em geral - inclusive petróleo e metais - testaram máximas históricas antes que a quebra do banco Lehman Brothers deflagrasse o arrefecimento da tendência.

Nesse contexto, as importações de insumos dos segmentos que fazem parte do levantamento da Fiesp recuaram para US\$ 9,387 bilhões em 2009 e aumentaram moderadamente em 2010, para US\$ 11,305 bilhões. "Parte das importações é necessária, mas é preciso mensurar os riscos dessa crescente dependência. Nosso estudo é um alerta", diz Antonio Carlos Costa, gerente do Deagro.

Para efeito de comparação, as importações desses insumos representarão, em 2012, 8% do valor bruto da produção (VBP) das 20 principais culturas agrícolas do país estimado pelo Ministério da Agricultura (R\$ 233,836 bilhões). Em 2007, as importações desses insumos foram equivalentes a 4,8% de um VBP calculado pelo ministério em R\$ 175,062 bilhões.



Das áreas que fazem parte do levantamento, a que mais pesa sobre as importações é a de fertilizantes, que historicamente depende de produtos de fora para atender a cerca de 70% da demanda doméstica. Em 2012, as compras no exterior de fertilizantes intermediários e matérias-primas para a produção de adubos deverão atingir US\$ 10,94 bilhões, ou 58,8% do valor total estimado pela Fiesp para os insumos do levantamento.

Das três fontes básicas de nutrientes para a produção de fertilizantes agrícolas, a dependência brasileira é maior no potássio, escasso no país. Em 2010, as importações cobriram 91% da demanda interna por potássicos. Nos derivados do nitrogênio, a fatia das importações em 2010 foi de 76%, e nos derivados do fosfato ficou em 43%.

Com os investimentos em curso e os previstos, a Fiesp projeta que a participação das importações será cadente até 2021. Nos fosfatados, recuará para 35%, nos nitrogenados para 43% e nos potássicos, para 81%. A mineradora Vale lidera a produção brasileira de fosfatados e a Petrobras, a de nitrogenados.

Conforme David Roquetti Filho, diretor-executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), os investimentos de fato aportados para a ampliação da oferta brasileira deverão chegar a US\$ 2,877 bilhões em 2012 (a maior parte em fosfatados), ante US\$ 838,2 milhões em 2011. A redução da dependência no potássio no

longo prazo conta com a "ajuda" de um projeto da Vale na Argentina com a promessa de direcionar 90% da oferta para o Brasil.

No caso do nitrogênio, o segmento tem boas expectativas em relação ao aumento da oferta de gás natural em tempos de pré-sal. O gás representa 80% da amônia, por exemplo. Mas, para irrigar a produção de fertilizantes, esse aumento depende de decisões políticas sobre os destinos do gás, que move automóveis, alimenta usinas térmicas e abastece residências, entre outros muitos fins.

Para o segmento de defensivos, a previsão da Fiesp para as importações de insumos em 2012 sinaliza um crescimento de 10% em relação ao ano passado, para US\$ 4,525 bilhões, ou 24,3% do total. É um valor quase três vezes superior ao registrado em 2007, e de lá para cá o crescimento se deu em praticamente todas as classes de produtos.

Ainda que exista uma produção importante do princípio ativo glifosato, base dos defensivos mais vendidos no país, mesmo nesse caso a demanda é complementada por importações. Para o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), o "Custo Brasil" limita a expansão da produção local, o que deixa o caminho aberto para os importados em um dos mercados mais cobiçados do mundo.

Em larga medida, a disseminação das compras de produtos genéricos na Ásia, sobretudo na China - que acirrou a concorrência com os produtos patenteados das grandes empresas do ramo, a maior parte multinacionais - também colabora para dificultar mudanças significativas nesse tabuleiro.

Ivan Amancio Sampaio, gerente de informação do Sindag, informa que, em 2011, as vendas de genéricos no Brasil somaram US\$ 3,7 bilhões, ou 43% do total. As vendas de "especialidades", os produtos patenteados, alcançaram US\$ 4,8 bilhões. Essa divisão percentual segue praticamente inalterada.

No segmento de máquinas e implementos, onde o "Custo Brasil" também limitam investimentos, as importações dobraram desde 2007 e deverão alcançar US\$ 1,809 bilhão em 2012.

Na área de nutrição animal - cujas importações de insumos deverão atingir US\$ 986 milhões este ano, 81,3% mais que em 2007 -, a dependência se concentra nos produtos à base de química fina utilizados nas composições das rações, afirma Mario Sergio Cutait, diretor titular adjunto do Deagro.

No segmento de saúde animal - que deverá importar US\$ 333 milhões em 2012, aumento de 16% na mesma comparação -, são vitais as compras de matérias-primas de fora para a fabricação de produtos veterinários, num cenário que não difere muito do que vigora nos medicamentos da área humana, segundo ressalta Milson da Silva Pereira, diretor-executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan).

O "mensalão" ruralista: a compra de votos pelas empresas do agronegócio. Daniel Merli – Site do MST. 05/12/2012

Faltando poucas semanas para o 1º turno das eleições municipais deste ano, os olhos do país dividiram-se entre a complexa trama de Avenida Brasil e outra, bem mais simples, do julgamento do “maior caso de corrupção” da história do país. Ao contrário das nuances e dúvidas do roteiro de João Emanuel Carneiro, os papéis de mocinho e bandido estavam bem mais delineados na segunda trama. De um lado o “herói de toga preta”(1) e “menino pobre que mudou o Brasil” (2). De outro, o “chefe de quadrilha” (3), obstinado a realizar um “golpe [por um] projeto de poder quadrienalmente quadruplicado” (4). O desfecho apoteótico viria na condenação que “lava a alma de todos os brasileiros vítimas dos corruptos” (5), muda nossa história e permite que o Brasil volte “a saber distinguir o certo do errado” (6).

Pois nos mesmos dias, do desenrolar das tramas de Delúbio e Carminha, a poucos metros do STF, o Congresso Nacional votava mais uma tentativa de acordo sobre o Código Florestal. Por trás das cortinas, um enredo bem semelhante ao que estaria sendo condenado exemplarmente do outro lado da rua. Dezenas de parlamentares, que conquistaram o espaço de representação na Câmara dos Deputados com apoio financeiro de empresas do agronegócio, propunham a criação de diferentes tamanhos para as Áreas de Proteção Permanente (APP) em beiras de rio. A medida, que reduziria as chamadas APPs ripárias no Brasil e abriria espaço para o aumento da produção do agronegócio acabou vetada pela presidenta Dilma Rousseff.

No caso do “mensalão” mais famoso, o empresário Marcos Valério de Souza, dono da agência de publicidade SMP&B, e os gestores do Banco Rural haviam sido condenados por fazer transferências de recursos a partidos políticos objetivando ganhos em decisões do governo. Também o empresário Daniel Dantas agora está sendo julgado pelo mesmo caso. Como responsável, na época, pelas empresas Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular, Dantas teria contratado os serviços de publicidade da SMP&B, para repassar recursos ao PT como forma de obter apoio do governo federal (7).

E o que buscavam as empresas do agronegócio que, em 2010, doaram dinheiro a campanhas de parlamentares que votariam o Código Florestal em seus mandatos? E os parlamentares, neste caso, não atuaram “emprestando apoio político” a quem os financiou?

Somente o grupo JBS financiou, com mais de R\$ 10 milhões, 38 dos deputados que votaram pela redução das APPs de beira de rio, como exemplifica o livro Partido da Terra, do jornalista Alceu Castilho (8). Mas não só a maior empresa de processamento de carne do mundo buscou apoio parlamentar no Congresso. Somente na lista das 10 maiores empresas do agronegócio em 2010, feita pela revista Exame (9), também a Bunge destinou R\$ 1,1 milhão ao financiamento de deputados federais, assim como a CoperSucar, com 450 mil. Quando ocorreu a campanha eleitoral, em 2010, já estava em discussão no Congresso o novo Código Florestal.

Para evitar este e outros tipos de "mensalões", organizações da sociedade civil defendem a aprovação pelo Congresso Nacional de uma reforma política que proíba o financiamento privado de campanhas eleitorais. É o que pede, por exemplo, José Antonio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) (10). Ele é um dos

coordenadores da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político que mantém uma lista de abaixo-assinado na internet visando atingir 1,5 milhão de assinaturas para embasar um Projeto de Lei (PL) de iniciativa popular (11).

Enquanto isso, a votação do PL de reforma política proposto pelo deputado Henrique Fontana (PT-RS), que inclui a proposta de financiamento público integral, segue sendo obstruída. O relatório de Fontana (12) é resultado do trabalho da Comissão Especial, criada em fevereiro de 2011, que ouviu juristas e representantes dos movimentos sociais. O texto, no entanto, não foi votado por obstrução. Entre outros fatores, pela extinção do financiamento privado de campanha.

“O abuso do poder econômico termina escolhendo candidatos muito mais pela capacidade de arrecadação do que pelas ideias que eles defendem, criando uma democracia de desiguais”, avalia o deputado Henrique Fontana (PT-RS), em entrevista ao jornal Brasil de Fato (13). “O que corrige essas questões é o financiamento público exclusivo, com teto de gastos e forte diminuição dos custos de campanha”.

NOTAS:

1. Meme que circulou pelas redes sociais durante o julgamento.
2. Capa da edição 2.290 da revista Veja, de 10 de outubro de 2012.
3. Termo usado pelo então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) para referir-se ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, acusando-o de comandar a suposta operação de compra de votos no Congresso.
4. Voto do ministro do STF Ayres Britto pela condenação dos réus José Dirceu e José Genoino
5. Capa da edição 2.291 da revista Veja, de 17 de outubro de 2012.
6. Capa da edição 2.285 da revista Veja, de 5 de setembro de 2012.
7. “Dantas tenta impedir transferência para SP investigação sobre relação com Valério”, reportagem do repórter Flávio Ferreira no jornal Folha de S. Paulo, edição de 2/11/2012.
8. Partido da Terra, Editora Contexto, 2012,
9. “As 10 maiores empresas do agronegócio no Brasil”, revista Exame, set/2010.
10. “Reforma política para acabarmos com escândalos como Mensalão”, entrevista de José Antonio Moroni ao site do Inesc.

(11) <http://www.reformapolitica.org.br/>

(12) A íntegra do relatório pode ser acessada aqui

(13) Organizações querem impulsionar mudança no sistema político, reportagem da edição nº 504 do jornal Brasil de Fato, de 25 a 31 de outubro - disponível aqui

Estudo apresenta conceitos da ruralidade brasileira em reunião do Condraf – Site do MDA. 05/12/2012

Os conceitos do rural brasileiro contemporâneo estão em pauta na 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que teve início nesta quarta-feira (5), em Brasília. O estudo, uma iniciativa do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), objetiva realizar uma releitura do campo e explicitar as implicações dos resultados para políticas públicas no setor. O estudo, coordenado pela economista e socióloga Tânia Bacelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que apresentou alguns resultados iniciais do projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas, é intermediado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

A abertura da Reunião foi realizada pelo presidente do Condraf, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, que destacou a contribuição do estudo para trazer elementos conceituais atualizados para o debate no campo. “É um instrumento importante para repensar a questão da ruralidade no Brasil e subsidiar a elaboração de propostas e políticas públicas de desenvolvimento do meio rural brasileiro”, avaliou o ministro.

Para a professora Tânia Bacelar, é necessária uma definição própria do rural brasileiro em toda a sua diversidade e ultrapassar sua caracterização como residual do urbano. “Hoje, o rural é visto como periférico. A definição legal é a do urbano. Contra isso que precisamos nos colocar. Temos que ter uma percepção específica do que é o rural brasileiro”, afirmou a pesquisadora. A ideia do campo como um espaço de atraso tecnológico também é refutada na pesquisa. “Ser rural não é ser arcaico. Ser rural é ser moderno”, enfatizou.

A conclusão do estudo está prevista para julho de 2013. Na coordenação da mesa da apresentação, a secretária de Desenvolvimento Territorial Andréa Butto avaliou a relevância das reflexões provocadas pela pesquisa. “Ainda que não concluído, é importante socializar os resultados avançados de um projeto que envolve diversas áreas de pesquisa e profissionais de diferentes partes do país”, adiantou.

O estudo atraiu outros parceiros importantes que integram o projeto, como: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A 52ª Reunião Ordinária do Condraf ocorre no auditório térreo do Bloco A da Esplanada dos Ministérios e segue até quinta-feira (6).

Aumenta importação de máquinas agrícolas. Carine Ferreira – Valor Econômico. 05/12/2012

As empresas do segmento de máquinas e implementos agrícolas ligadas à Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) preveem encerrar 2012 com faturamento total da ordem de R\$ 10 bilhões, 12% a mais que no ano passado.

Segundo estimativas das empresas associadas à Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA) da entidade, as importações deverão aumentar 35% em relação a 2011, quando alcançaram US\$ 583,3 milhões, e as exportações tendem a recuar 3%. No ano passado, foram US\$ 997,1 milhões.



Essas projeções não levam em consideração as grandes máquinas (tratores e colheitadeiras) das companhias representadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), tampouco componentes.

Como informou ontem o **Valor**, estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) aponta que, no total, as importações de máquinas e implementos agrícolas deverão somar US\$ 1,809 bilhão em 2012, 11,2% acima do ano passado.

No caso dos números computados pela Abimaq, de janeiro a outubro as exportações recuaram 11% ante o mesmo período de 2011, para US\$ 727,152 milhões, e as importações subiram 23,4%, para US\$ 597,425 milhões.

Para a Abimaq, o crescimento das compras no exterior e os embarques menores expõem a queda da competitividade da indústria brasileira. A situação é contrabalançada pelo aquecimento das vendas internas, embaladas pela alta dos preços das commodities agrícolas, principalmente dos grãos. Para 2013, a expectativa da entidade é que o faturamento total de suas associadas no segmento aumente cerca de 10%.

No universo representado pela Abimaq, a importação de implementos agrícolas mais que triplicou de 2007 para 2011. Embora os números apontem essa tendência ascendente, o valor das importações ainda é pequeno frente ao faturamento total do segmento, segundo Celso Casale, presidente da CSMIA.

Além disso, diz, as máquinas estrangeiras não atendem à gama total da demanda brasileira. São principalmente pulverizadores, acessórios e equipamentos para pecuária.

Apesar de ainda representar cerca de 10% da receita total das empresas associadas à Abimaq, Casale considera o crescimento das importações preocupante, sobretudo em alguns nichos.

Os produtos vêm principalmente de países europeus - como Alemanha, Itália e França - e dos Estados Unidos. Com a desaceleração da economia europeia, as empresas estão de olho em mercados alternativos. "As empresas estão buscando pontos de entrada para o Brasil", afirma Robson Zófoli, diretor comercial da brasileira Jacto.

O preço final dos equipamentos importados é cerca de 10% inferior ao praticado pelas companhias brasileiras ou está muito próximo ao similar nacional, conforme a Abimaq. O custo de produção de máquinas no Brasil é cerca de 30% a 40% maior que em países desenvolvidos, de acordo com Casale. Os motivos são velhos conhecidos: custo alto de energia, aço, impostos e mão de obra, entre outros.

No caso das máquinas de maior valor agregado, a situação não é diferente. Levantamento feito por Milton Rego, vice-presidente da Anfavea, aponta que a produtividade média da mão de obra nas indústrias no país caiu de um índice de 565 (relação entre faturamento e número de empregados), em 2002, para 491, em 2011. Rego afirma que as importações das empresas associadas à Anfavea é pequena, mas que são crescentes por parte de companhias que não fazem parte da entidade. Nesse caso, as compras são, sobretudo, de pequenos tratores provenientes do Sudeste Asiático.

Casale afirma que a indústria nacional tem capacidade de suprir essa lacuna hoje preenchida pelos importados, mesmo porque a ociosidade média nas fábricas é superior a 20%. "Mas implicaria fazer mais estoque e o fabricante quer reduzi-lo em função do alto custo".

A perda de competitividade da indústria brasileira de máquinas faz também o país perder mercados lá fora. Em alguns produtos, a perda é de 100%. É o caso do México, segundo Casale. O câmbio mais favorável nos últimos tempos também não é suficiente para mudar a situação, diz ele, pois é difícil prever em que nível estará o dólar em 60 ou 90 dias.

Programa para portos vai gerar eficiência e competitividade – Site da CNA. 06/12/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, comemorou, nesta quinta-feira (06/12), o lançamento, pela presidente da República, Dilma Rousseff, do Programa de Acessos Terrestres e Hidroviários a Portos. "Dom João VI abriu os portos para as nações amigas. Dilma Rousseff abriu os portos para o capital amigo, o que vai resultar em eficiência e competitividade", afirmou a presidente da CNA após participar, no Palácio do Planalto, de cerimônia de lançamento do programa.

"Nós só vamos ter eficiência e preços baixos quando houver competição entre os empresários. Quando há competição, quem ganha é o setor agropecuário, as pessoas, a indústria", afirmou a presidente da CNA ao lembrar que o plano atendeu aos principais pleitos do setor agropecuário. Ao lembrar que os portos são responsáveis pela

movimentação de 95% do fluxo brasileiro de comércio exterior, a presidente Dilma Rousseff afirmou que ter portos eficientes é fundamental para garantir o desenvolvimento do País.

A senadora Kátia Abreu destacou, ainda, que os portos prioritários para o agronegócio serão licitados. “Sem esquecer dos outros portos, o Governo federal vai licitar os principais portos para o agronegócio”, afirmou. Citou os portos de Outeiro, Miritituba, Santarém, Vila do Conde (PA), além dos portos de Itaqui, no Maranhão, e de Porto Velho, em Rondônia. “É o eixo do Arco Norte, que representa uma prioridade para a CNA”, afirmou.

O plano prevê a criação de um novo marco regulatório para os portos nacionais a fim de permitir a regulação do serviço de praticagem, a eliminação de barreiras, a abertura das chamadas públicas para os Terminais de Uso Privativo (TUPs) e a agilização dos processos de arrendamentos e de licenciamentos ambientais. Para a presidente da CNA, resolvidas essas questões, é preciso, a partir de agora, avaliar as questões ambientais. “O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) tem demorado mais de cinco anos para conceder as licenças ambientais dos portos, burocracia que tem empicado o desenvolvimento portuário brasileiro”, afirmou.

Entre as iniciativas do programa anunciado hoje, está o fim da diferença entre carga própria e de terceiros na logística de transporte, pleito defendido há muito tempo pela CNA. “O fim dessa diferença de tratamento é positiva porque facilitará e barateará o transporte de cargas”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

Outra iniciativa é a centralização das decisões, inclusive de planejamento na área portuária, além de portos marítimos, fluviais e lacustres, na Secretaria de Portos da Presidência da República. Segundo a presidente da CNA, o objetivo dessa ação centralizadora é fortalecer o planejamento do setor e a integração com outros modais de transporte. Além de R\$ 54 bilhões em investimentos em arrendamentos e TUPs - recursos que em grande parte são oriundos da iniciativa privada - para o período de 2016/2017, estão previstos R\$ 2,6 bilhões nos acessos rodoviários, ferroviários, hidroviários e em pátios de regularização de tráfego nos 18 principais portos públicos brasileiros.

MDA ressalta importância da Ater em Dia Nacional da Extensão Rural – Site do MDA. 06/12/2012

A agricultura familiar no Brasil vem ganhando espaço a cada dia. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, existem mais de 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar no país. A atividade beneficia as famílias que dependem dela para o sustento, assim como milhões de brasileiros que consomem, diariamente, os produtos oriundos da agricultura familiar. Uma das políticas públicas de maior destaque para este segmento é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Desde 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem fortalecendo esse serviço de forma a torná-lo cada vez mais público e gratuito, oferecendo novas ferramentas para potencializar, de forma sustentável, o desenvolvimento fora da área urbana. O resultado tem sido mais geração de renda, segurança alimentar, além de melhores condições de vida para quem produz e para quem consome alimentos.

A história de Wilson Silva Oliveira, 64 anos, é ligada à assistência técnica. “Eles nos orientam, estão sempre junto. São bons parceiros para nós. Se não fosse isso, não sei se iríamos em frente”, reforça.

No Sítio do Meio, no município de Cacaulândia (RO), onde vive com a esposa e um filho, os 104 hectares de terra são cultivados conforme orientações da assistência técnica e extensão rural, que vão desde a escolha da melhor semente a plantar, a época certa, que insumos usar até como comercializar. Isso possibilita que a família Oliveira crie, em média, 12 toneladas de peixe por ano e cultive outras 12 de cacau, além da produção de leite, café, doces, requeijões, farinha, pães e outros.

Atualmente, em torno de 30% da agricultura familiar brasileira tem acesso aos serviços de Ater no país. Desde 2003, o MDA mantém parcerias com as entidades estatais (governamentais e não governamentais), sendo que os recursos do ministério atendem diretamente mais de 560 mil famílias, entre agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Segundo o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, Argileu Martins, os extensionistas são profissionais estratégicos no projeto brasileiro de desenvolvimento rural, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e a quantidade da produção rural, investindo em conhecimento, acesso a novas tecnologias e capacitação.

“Eles têm o papel de qualificar os produtores para o acesso às políticas públicas, permitindo que agricultoras e agricultores dos lugares mais longínquos do Brasil acessem essas políticas. Esse trabalho é de fundamental importância”, explica Argileu.

Quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, mulheres rurais, jovens, assentados da Reforma Agrária e agricultores familiares de maneira geral compõem o público beneficiário das ações de Ater.

Os serviços são aplicados de acordo com a necessidade de cada comunidade. Ou seja, a abordagem é diferenciada. Um exemplo são os indígenas. Para eles, os serviços de Ater são adaptados às suas características étnicas, respeitando sua cultura, hábitos e costumes. Existem hoje mais de 25 mil agentes de extensão rural em campo.

Lei Ater

Com a Lei 12.188, de janeiro de 2010, as entidades responsáveis pela prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural são contratadas por meio de chamadas públicas, desburocratizando o processo, já que dispensa a licitação. O diretor acrescenta que, só para este ano, R\$ 395 milhões estão disponíveis para as chamadas públicas de Ater, o que demonstra a preocupação do governo federal com a inovação tecnológica no campo e com o aumento de renda das famílias. Os contratos podem ser renovados por até 60 meses.

Para o MDA, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Seguro rural: contrastes e reflexões. Vitor Ozaki – Valor Econômico. 07/12/2012

Apesar da crise econômica internacional, nosso agronegócio mais uma vez apresentou resultados positivos. Em 2011, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 2,7%, segundo o IBGE, o do agronegócio apresentou um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior, de acordo com levantamentos do Cepea/Esalq/CNA. Olhando apenas para os números, a impressão é de que o agronegócio vai muito bem.

Um olhar mais atento revela que nem todas as engrenagens estão bem ajustadas. Uma das cadeias mais importantes do agronegócio é a agricultura. Por sua natureza, ela é uma atividade que envolve uma série de riscos, sendo que um dos mais perversos é o climático. Em decorrência de uma seca prolongada as perdas poderão ser elevadas, com prejuízos não apenas aos municípios afetados, mas para uma região geográfica inteira.

Ademais, existe a persistência do choque ao longo dos meses subsequentes que, inevitavelmente, afetará outros setores econômicos. Nesse contexto, além de perder a safra os produtores poderão deixar de quitar as dívidas contraídas com seu agente creditício. O governo também se vê em uma situação delicada na medida em que reduz a arrecadação de impostos e tributos e é pressionado a renegociar as dívidas rurais.

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural teve início em 2005, mas ainda está no estágio embrionário

Para contornar esse problema, diversos países desenvolveram um mercado de seguro agrícola que transfere parte do risco e protege o setor agrícola das adversidades climáticas. Para fins de comparação vou citar o caso americano. Em 2011, os EUA foram castigados pela seca, inundações e baixas temperaturas em uma das piores catástrofes climáticas do país, causando enormes prejuízos à agricultura. Ao contrário do que acontece no Brasil, não vemos as ruas da capital do país tomadas por tratores (manifestações conhecidas como "tratoração") em uma tentativa desesperada de pressionar o governo a renegociar uma enorme dívida rural decorrente da quebra de safra.

Eles foram capazes de criar e aprimorar, por mais de 70 anos, uma das mais eficientes políticas agrícolas anticíclicas do mundo por meio de um gigantesco sistema de seguro agrícola capaz de proteger a receita dos seus produtores. Os resultados são surpreendentes. Ao todo, US\$ 11 bilhões foram pagos em indenizações aos produtores rurais. Tal montante é o maior da história dos EUA ficando à frente do maior valor registrado até então: quase US\$ 9 bilhões em 2008. Mesmo assim, a sinistralidade média foi de 0,91, ou seja, para cada dólar gasto com o seguro foram pagos em indenização 91 centavos de dólar. Bom para o governo, para a indústria de seguros e melhor ainda para os produtores rurais.

Como se não bastasse, em 2012, o clima foi ainda pior. De acordo, com os dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA na sigla em inglês) a seca deste ano é a pior dos últimos 25 anos. Estima-se que aproximadamente 80% da área agrícola foi afetada pela seca. Até o momento, os dados oficiais da Agência de Administração de Risco (RMA-USDA) não estão finalizados, mas a expectativa é que as indenizações superem o patamar de US\$ 18 bilhões.

Apesar disso, o seguro agrícola continua e ganha ainda mais força junto ao setor agropecuário americano. A nova Lei Agrícola ("new Farm Bill"), aprovada recentemente pelo Senado dos EUA, direcionou cerca de US\$ 1 trilhão nos próximos dez anos aos programas de seguro agrícola e suporte de preços. Boa parte desses recursos tem destino certo: subsidiar o seguro agrícola. Para se ter uma ideia, em 2011, eles destinaram US\$ 7,5 bilhões para esse fim. Com esses recursos, o governo paga parte do prêmio (custo do seguro); e o produtor, a outra parte. A principal vantagem dessa política é a redução do custo do seguro agrícola tornando-o acessível a um número muito maior de produtores em diversas regiões do país. Ou seja, inicia-se um processo de massificação do seguro, que é uma condição fundamental para se reduzir as taxas de prêmio e massificar ainda mais.

No Brasil, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) teve início em 2005. Apesar dos avanços ainda estamos em um estágio embrionário. Em 2011, o Brasil destinou ao programa apenas US\$ 152 milhões enquanto a Espanha - com um território menor do que a Bahia - utilizou US\$ 513 milhões para subsidiar o seguro para seus produtores. Aqui, a área coberta pelo seguro foi de apenas 5,6 milhões de hectares. Nos EUA, o subsídio foi suficiente para segurar pouco mais de 107 milhões de hectares, quase 85% da área total plantada com as principais culturas. Recentemente conduzi um estudo mostrando que o valor necessário para segurar todo o crédito rural de custeio das lavouras proveniente do Sistema Nacional de Crédito Rural, em uma área com pouco mais de 24 milhões de hectares, seria de cerca de R\$ 1 bilhão (quase US\$ 500 milhões).

Existe ainda um longo caminho a percorrer. Mas, ao contrário do que ocorre em outros países, nosso programa de subvenção sofreu graves contingenciamentos e atrasos no repasse às seguradoras nos últimos anos. Esses acontecimentos abalaram a credibilidade do programa federal.

A lição que aprendemos com as severas adversidades climáticas nos EUA é que um amplo sistema privado de seguro agrícola apoiado pelo governo é capaz de proteger o setor agropecuário em anos de catástrofe climática. O fato é que não precisamos replicar o modelo operacional dos EUA mas o que fica evidente, e isso sim precisamos aprender, é a clara definição do papel do governo no mercado.

Nós temos diferentes programas públicos de gestão de risco agrícola que podem coexistir, mas é preciso investir em planejamento para evitar sobreposições, desperdício de recursos e desgaste institucional. A busca pelo melhor uso dos recursos dos contribuintes deve nortear as decisões do governo na forma de apoio às ações do mercado. Precisamos retomar nosso caminho de crescimento do seguro rural e o primeiro passo deve ser dado pelo governo.

Vitor Ozaki é professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo e coordenador do Grupo Gestão em Seguros e Riscos (Geser).

Abram-se portos! Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 08/11/2012

As políticas para a infraestrutura são virtuosas, capazes de produzir resultados verdadeiros

Nas modernas democracias de massa, há sempre um desencontro entre o que as pessoas esperam de seus governos e o que os governos podem e devem realmente fazer.

A maioria da população espera que o Estado lhes proporcione saúde, educação, segurança pública e proteção social e, ao mesmo tempo, garanta que a economia esteja sempre crescendo, criando mais empregos e proporcionando rendas mais altas. Infelizmente, o Estado não é capaz de fazer tudo isso por si só.

Ocorre que, quando o Estado historicamente assumiu toda a economia, o resultado foi estagnação e pobreza. As economias que conseguiram crescer foram aquelas que escolheram o livre mercado, a propriedade privada e o lucro.

Mas, sem influir na atividade econômica corrente, o Estado pode ser determinante para o crescimento de longo prazo. O pacote de ações para a modernização da estrutura portuária, anunciado nesta semana, mostra com clareza o papel que realmente cabe ao Estado.

Ao chegar ao Senado, em 2007, optei por dedicar grande parte do meu mandato à logística de transportes e portos, por entender que essa é uma forte condicionante para o crescimento sustentável do país.

Na época, as edições da resolução 517/2005 da Antac (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e, posteriormente, do decreto 6.620/2008, da Presidência da República, fecharam os portos do Brasil. Foi a conjuntura internacional que nos salvou de um apagão portuário.

No caso específico do nosso país, a crise financeira internacional teve essa serventia. Sem ela, certamente esse desastroso apagão teria acontecido, motivado pela atuação de um lobby interessado em manter uma reserva de mercado, como sempre, sem nenhum espírito público.

Além de se transformar em forte componente do "custo Brasil", esse lobby ajudou a reforçar, durante anos, essa restrição aos investimentos privados nos portos.

O capitalismo não é predador, o que o deturpa é a ganância e a falta de ética. E, contra os fatos, não há argumentos. Cometeu-se um crime de lesa-pátria ao tentar impedir o crescimento de um país exportador como o nosso. Mas o lobby predatório das corporações não se sustenta eternamente.

As recentes políticas direcionadas à infraestrutura são exemplos de ações virtuosas, capazes de produzir resultados verdadeiros. Depois de conceder à iniciativa privada aeroportos, rodovias e ferrovias, o governo enfrenta, desta vez, a velha questão dos portos, uma das áreas mais atrasadas da logística brasileira.

Todas as medidas anunciadas revelam racionalidade e pragmatismo, e mais: reconhecem ao setor privado o papel central no desenvolvimento portuário, seja renovando os arrendamentos das áreas públicas nos portos organizados, condicionados a novos e grandes investimentos pelas empresas, seja liberando os terminais privativos, independentemente de carga própria.

A profissionalização das Companhias Docas e a revisão de procedimentos na operação portuária vão na mesma direção.

É preciso lembrar que o Brasil ocupa a 130ª colocação no ranking de eficiência/qualidade portuária, de acordo com o Fórum Econômico Mundial (2012).

Abriu-se, igualmente, o caminho para a descentralização da estrutura de portos, com intervenções que permitirão uma grande expansão da capacidade portuária no chamado Arco Norte, de Porto Velho a Belém, até Ilhéus.

É isso que vai permitir que mais de 50% dos grãos produzidos no país acima do paralelo 16° S não precisem mais cruzar todo o nosso território rumo ao Sul e ao Sudeste, para serem embarcados, com grandes transtornos e elevados custos, em Santos e em Paranaguá.

Em 1800, d. João 6º abriu os portos para as nações amigas, já que até então somente Portugal podia ter acesso aos portos do Brasil.

Em 2012, Dilma Rousseff reabriu os portos, não para as nações amigas, mas para o "capital amigo", aquele que vai gerar eficiência e competitividade.

O país, que já reconheceu os méritos de d. João 6º, hoje saúda Dilma, a "6ª" governante do Brasil redemocratizado.

Verba não chega a áreas que sofrem com a seca. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 09/12/2012

68% das cidades do país em situação de emergência não tiveram ajuda em 2012. Integração diz que nem todos pediram recursos e que já liberou R\$ 558 mi para carros-pipa e para ajuda financeira.

A maioria das cidades brasileiras que tiveram situação de emergência em razão da seca reconhecida pela União não receberam recursos do governo federal em 2012.

Fatores como excesso de burocracia, falta de verba e negligência de prefeitos contribuíram para deixar 1.390 dos 2.058 municípios (68%) sem a ajuda neste ano.

Os dados, do Ministério da Integração Nacional, foram repassados à Folha pela Lei de Acesso à Informação.

Há casos de emergência por estiagem e seca em todas as regiões do Brasil. Seca, como define a Defesa Civil, é uma estiagem prolongada. No Sul, 69% dos municípios não receberam recursos.

O Nordeste é a região com mais municípios afetados e não socorridos. Dos 1.272 em situação de emergência, apenas 459 (36%) receberam verba federal. Algumas localidades enfrentam a pior seca dos últimos 30 anos.

A Integração Nacional diz que nem todos os municípios que tiveram a situação de emergência reconhecida solicitaram recursos.

É o caso de Tanquinho (BA). Apesar das dificuldades, o prefeito Jorge Flamarion (PT) não pediu verba ao Planalto.

Ele disse ter obtido dois carros-pipa do governo do Estado, também administrado pelo PT.

Também há administrações municipais que pediram ajuda, mas nada chegou. "Não vimos a cor [do dinheiro] até o momento. Estamos sendo assistidos só por carros-pipa e por uma ação tímida de construção de cisternas", afirmou o prefeito de São Caetano (PE), Jadiel Cordeiro (PTB).

O prefeito é diretor da Amupe (Associação Municipalista de Pernambuco) e membro do Comitê Estadual de Combate à Estiagem.

Segundo ele, os municípios pernambucanos receberam apenas programas assistenciais como o Bolsa Estiagem, que destina R\$ 400 a famílias afetadas pela seca.

Para Cordeiro, falta "sensibilidade" ao governo federal. "Quem está com fome e sede não pode esperar."

Segundo números da Integração Nacional, 179 dos 185 municípios pernambucanos estão em situação de emergência, e apenas dois receberam repasses de recursos.

Em Poço Redondo (SE), a prefeitura diz que não chove há dois anos e os reservatórios secaram há oito meses.

O pluviômetro na sede do município acumula água desde janeiro e marca menos de 50 milímetros. O secretário municipal de Agricultura, José Silva de Jesus, estima que 3.500 cabeças de gado tenham morrido em dois anos.

Jesus diz ter solicitado R\$ 6,3 milhões ao governo federal para ações emergenciais, construção de barragens e aquisição de máquinas, mas, até agora, apenas caminhões-pipa e programas sociais chegaram.

"Mandamos toda a documentação. Tentamos desde o início do ano."

Para os que solicitaram e não foram atendidos, o ministério cita "falta de disponibilidade orçamentária" e não cumprimento de prazos previstos em lei.

A pasta afirma que já liberou R\$ 310,8 milhões para carros-pipa e R\$ 247,8 milhões para auxílio financeiro emergencial. No Nordeste, o governo diz já ter repassado R\$ 118,6 milhões aos Estados.

A verba repassada aos municípios pode ser usada em ações emergenciais e obras preventivas.

Consumo e agricultura virão em alta, mas investimento não dá sinal de reagir.
Sergio Vale – Folha de São Paulo. 09/12/2012

Depois do fiasco do PIB do terceiro trimestre, as expectativas estão em torno de como será a recuperação da economia neste final de ano.

Muitos passaram a acreditar que os dados muito fracos poderão até fazer com que o BC pense em voltar a diminuir a taxa de juros nas próximas reuniões. Mas será que o quarto trimestre será tão desastroso a ponto de mudar a percepção do banco?

As primeiras indicações são de uma recuperação moderada no início do último quarto do ano. Quase todos os dados apontaram crescimento substancial em outubro e a própria produção industrial apresentou crescimento no dado interanual pela primeira vez neste ano.

É verdade que grande parte desses números mais fortes decorreu de dois dias úteis a mais em outubro em relação ao ano passado e pela forte recuperação em autos. Por isso, os dados de novembro já devem voltar a arrefecer.

Esse comportamento errático da atividade tem dado o tom ao longo do ano, especialmente ao longo do segundo semestre, com o suspense contínuo que o governo colocou sobre a durabilidade da redução do IPI.

Isso fez com que tanto os dados de produção quanto os de varejo tivessem uma variação a cada mês maior do que o usual dos meses anteriores, algo que poderemos ver novamente nos dados de novembro e dezembro.

No geral, entretanto, a tendência é de leve recuperação e podemos dizer que o PIB do quarto trimestre deve apontar um crescimento de 0,9% na margem, o que daria o 1% que esperamos para 2012.

Para 2013, a expectativa é de 3%, o que permitiria ao BC ficar menos ansioso na sua vontade de baixar a taxa de juros, ainda mais que os dados de inflação sinalizam pressão contínua ao longo de todo o ano que vem.

Essa recuperação deve vir essencialmente do consumo das famílias, pelo lado da demanda, e da agricultura e dos serviços pelo lado da oferta.

A renda agrícola, especialmente no ano que vem, deverá ser recorde como resultado da seca americana deste ano e será uma dos responsáveis pelo crescimento maior.

O que não se recuperou nada até agora e não parece que vai se recuperar muito são os investimentos.

A leve melhora em outubro, com queda de "apenas" 1,5% em relação a outubro do ano passado em nosso cálculo de investimento, ainda é pouco para indicar crescimento maior no curto prazo.

A sensação é de que as empresas esperarão os resultados dos planos de concessão para de fato saber se a infraestrutura vai melhorar e se o crescimento vai ser maior do que a média de menos de 2% em 2011 e 2012.

Estados disputam polo agrícola na Bahia. Nelson Barros Neto – Folha de São Paulo. 10/12/2012

Governo baiano busca acordo com Goiás, Piauí e Tocantins, que reivindicam 100 mil hectares no oeste do Estado. Decisão do STF sobre demarcação de divisas de área avaliada em R\$ 1 bilhão deve sair no próximo dia 13.

Uma área de quase 100 mil hectares (três vezes o tamanho de Belo Horizonte) avaliada em R\$ 1 bilhão é alvo de uma disputa judicial histórica que caminha para o fim.

Terras do oeste da Bahia, são reivindicadas por Goiás, Piauí e Tocantins. Dentro delas há a cidade de maior renda agrícola do país: a baiana São Desidério, líder em produção de algodão.

Minas Gerais também figurava no processo que tramita desde 1986 no STF (Supremo Tribunal Federal), mas abriu mão de sua parte em audiência há dez dias com o ministro Luiz Fux, relator do caso.

No próximo dia 13 deve sair a decisão final. Até lá, os Estados ficaram de definir se levarão em conta o processo de ocupação atual, adotado pelo IBGE (que considera a Serra Geral), ou a Constituição Federal, que fixa como parâmetro de demarcação as bacias dos rios Tocantins e São Francisco.

"É melhor um mau acordo do que uma boa demanda judicial", afirma Jaques Wagner (PT), governador da Bahia, a grande prejudicada em caso de mudança.

O governo de Goiás, maior beneficiado em potencial, diz que uma perícia do Exército atribui a área ao Estado.

Tocantins e Piauí também ganhariam hectares, mas perderiam em outras pontas. Por isso, é esperada uma conciliação de ambos com os baianos, embora os piauienses não tenham fechado questão.

"Devemos manter as divisas antigas, já consolidadas", diz o governador do Tocantins, Siqueira Campos (PSDB).

Ele diz que pode perder R\$ 240 milhões referentes à produção de quatro cidades, além de parte da localidade turística do Jalapão.

O ministro Fux teme conflitos de decisões judiciais entre os Estados e a atuação simultânea de várias autoridades policiais, "gerando uma situação de risco na região".

Produtores baianos dizem que o clima é de tensão. Na semana passada, dois homens que invadiram uma fazenda em Jaborandi (divisa com Goiás) morreram em confronto com a Polícia Militar.

HISTÓRICO

O litígio, que começou na década de 1920, se acirrou nos anos 1970, quando a Embrapa descobriu a fórmula para neutralizar a acidez do solo local.

A discussão na Justiça foi retomada em 2005, quando o então relator, ministro Eros Grau, deferiu liminar favorável à Bahia. No centro da disputa está o distrito de Vila Rosário, entre Correntina (BA) e Posse (GO).

Produção de grãos aumenta a renda de Estados do Norte e do Nordeste em 2012 – Folha de São Paulo. 11/12/2012

Os preços e a boa safra de soja e de milho colocaram vários Estados do Norte e do Nordeste com boa participação no Valor Básico de Produção agrícola deste ano. Entre eles estão Pará, Tocantins, Piauí e Bahia.

A maior evolução das receitas obtidas neste ano será do Maranhão, cujo VBP subirá para R\$ 3,4 bilhões, 178% mais do que no ano passado.

O Piauí, outro destaque da nova fronteira agrícola do país, deverá atingir um valor de produção de R\$ 2,2 bilhões, 99% a mais do que em 2011.

Os dados são da AGE (Assessoria de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura), que estima receitas totais de R\$ 235 bilhões para este ano, 3,5% mais do que em 2011. Esses cálculos incluem o valor de produção de 18 dos principais produtos agrícolas.

José Garcia Gasques, coordenador da assessoria governamental, prevê que as receitas do próximo ano serão ainda melhores do que as deste.

O VBP deverá atingir R\$ 296 bilhões, valor que, se confirmado, subirá 25% em relação ao deste ano. O grande destaque volta a ser a soja, que poderá atingir R\$ 104 bilhões, segundo Gasques.

A cana-de-açúcar, ao contrário do que ocorreu neste ano, gerará mais receitas em 2013, principalmente no Estado de São Paulo, maior produtor nacional.

Na avaliação de Gasques, as receitas com cana-de-açúcar sobem para R\$ 45,3 bilhões no próximo ano, acima dos R\$ 40,9 bilhões deste.

Os Estados produtores de café, como Minas Gerais e Espírito Santo, no entanto, sofrem os efeitos da queda de preços do produto. As receitas, que já haviam caído neste ano, voltam a recuar em 2013, para R\$ 15,2 bilhões.

Volta ao etanol Os consumidores brasileiros voltaram a consumir mais álcool na segunda metade do mês passado.

Acima 1 As vendas do combustível tipo hidratado atingiram 562 milhões de litros, 10,6% mais do que na primeira quinzena.

Acima 2 O consumo da segunda quinzena de novembro superou em 13,5% o de igual período de 2011.

No mês Os dados são da Unica (entidade dos usineiros), que mostra consumo de 1,1 bilhão de litros no mês passado, 13,3% mais do que em 2011.

Mercado avalia mudanças em oferta e demanda de soja

O mercado de soja ainda avalia o novo cenário do setor. Os Estados Unidos refizeram as contas e, nesta reta final de colheita, apontaram uma safra maior do que a que se previa.

Já a situação na América do Sul, principalmente na Argentina, é muito incerta quanto ao plantio e à produtividade da safra 2012/13.

O excesso de chuva não permite que as máquinas vão a campo na Argentina, onde o plantio avançou em apenas 55% da área que será destinada à soja. No caso brasileiro, o plantio praticamente está no final.

Se de um lado há aumento de oferta de soja, a macroeconomia mundial serve de alicerce para a movimentação das vendas, segundo os analistas da consultoria Céleres. Diante desse cenário, o mercado ainda busca novos patamares de negociação, acreditam eles.

Receita rural. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 11/12/2012

Empreendedorismo, motivo do encontro que recentemente reuniu, próximo a Curitiba, cerca de 4.500 agricultores, a maioria formada por jovens e mulheres. Vestindo camisetas verdes, o lotado auditório do Expotrade indicava a força dos produtores rurais. Marca da esperança.

Encarregado de proferir palestra sobre Os desafios da agricultura sustentável, quedei-me perplexo com aquela multidão organizada, simbolizando a roça paranaense. Mesmo com certa bagagem no embornal da profissão, jamais eu havia falado para tanta gente. Estariam eles dispostos a me escutar, após terem ouvido tantos discursos políticos, inflados e longos, na abertura da cerimônia? Resposta positiva.

Interessava à plateia o tema que eu trataria. Passada a discussão sobre o novo Código Florestal, os homens do campo desejam situar-se corretamente na modernidade. Ninguém quer remar contra a preservação da natureza. Todos, porém, desejam continuar a produzir, tirando seu provento familiar e ajudando com seu trabalho a sustentar a humanidade. Conciliar a produção agropecuária com a defesa ambiental representa um complexo, e estimulante, desafio. Verdadeira lição de casa.

Finalizei minha apresentação conclamando os agricultores a tomarem nas mãos, afirmativamente, a rédea da sustentabilidade no campo. Juntamente com os técnicos, da pesquisa e da extensão rural, ao lado dos ecologistas sérios, os propositivos, e contando com a ajuda das lideranças e das autoridades responsáveis, cabe aos próprios produtores rurais assumir essa agenda agroambiental. Fundir o ruralismo com o ambientalismo. Os agricultores, conscientes sobre os novos tempos, não precisam tomar lição moral de

ninguém, muito menos, exagerei, "de ambientalista sem noção, que jamais pisou no barro nem, nunca, carpiu uma lavoura". Aplaudiram-me!

Senhores do seu destino. Há nove anos a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), presidida por Ágide Meneguette, comanda o exemplar Programa Empreendedor Rural, executado em parceria com o Sebrae/PR. Iniciado em 2003, nele já se formaram 18.219 pessoas - a maioria jovens, filhos de pequenos produtores rurais. Durante meses, os alunos cumprem 15 módulos de aprendizagem, abordando áreas de conhecimento técnico e desenvolvimento humano. Somam 136 horas de treinamento profissional, aprendendo sobre planejamento estratégico, sucessão familiar, gestão financeira; discutindo conceitos de autoestima, cidadania, liderança, competências pessoais e grupais. Consistente.

Os cursos presenciais, somados a um projeto prático, qualificam os agricultores, preparando-os para o mundo competitivo. Despertam neles a visão empresarial, empreendedora. Aprendem a ser ousados, sem tirar os pés da realidade; descobrem o valor do planejamento, como integrar-se ao mercado, montar cenários de comercialização. Vislumbram seu sucesso, motivam-se pelo conhecimento. Sensacional.

Pode parecer bê-á-bá da economia moderna. Mas no contexto da agropecuária nacional, no seio dos milhões de pequenos e médios produtores, denominados familiares, o empreendedorismo assemelha-se a uma pequena revolução comportamental. Acontece que impera no campo, desde suas origens, certa dominação. De cima sempre vieram as ordens, primeiro do rei, depois dos latifundiários do açúcar, dos coronéis do sertão, dos senhores de escravos, da oligarquia cafeeira. Isso gerou um traço, na cultura do brasileiro, de excessiva dependência do poder, uma subserviência política que lhe rouba autonomia na vida. Acostumado a cumprir ordens, sente dificuldade de tomar decisões. Noutros casos, joga em outrem, no governo quase sempre, a culpa por seus fracassos. Daí vem a fama de "reclamão".

Fatos marcantes da agricultura brasileira intitula-se recente estudo coordenado por Eliseu Alves, economista agrícola da Embrapa. Partindo do Censo Agropecuário do IBGE (2006), a análise esclarece, de forma incontestável, a importância da tecnologia na geração de renda dos estabelecimentos rurais. Mas, ao mesmo tempo, desnuda um grave problema: a forte exclusão na modernização tecnológica. De um total de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais que declararam renda, apenas 500 mil (11,4%) podem ser configurados como de agricultores de sucesso, remunerando seus custos e obtendo receita líquida compatível com qualidade de vida. Respondem por 87% do valor da produção rural.

Um segundo grupo, formado por 1,6 milhão de agricultores, ainda consegue pagar seus custos de produção, mas auferir baixíssima renda líquida. A incorporação de tecnologia poderia levantar a rentabilidade dessa categoria de pequenos produtores. Abaixo desses, dramaticamente existem outros 2,3 milhões de estabelecimentos rurais - a maioria situada no Semiárido nordestino - que acumulam pobreza. Aqui se exigem políticas combinadas com transferência direta de renda.

Conclusão: a melhor receita contra a pobreza rural se chama difusão tecnológica. Por isso fracassa a reforma agrária no Brasil. A terra não mais representa o passaporte da

felicidade, como na época antiga, quando enxada e vontade de trabalhar garantiam sucesso. Hoje manda a tecnologia. Basta verificar no levantamento feito pelo Inbra (2011): quase 43% dos assentados da reforma agrária abandonaram seus lotes, por desinteresse ou falta de conhecimento para cultivá-los.

Misturando conhecimento com motivação, a Federação da Agricultura do Paraná desenvolve um verdadeiro elixir que ajuda o progresso no campo. Mostra, em eventos inesquecíveis, a primordial tarefa de animar os agricultores familiares, os esquecidos trabalhadores com terra do Brasil. Eles merecem o futuro.

Reunião discute apoio para a irrigação no Brasil – Site do MAPA. 12/12/2012

Governo já está presente em várias iniciativas do treinamento a capacitações, incentivo à pesquisa, assistência técnica e extensão rural

A discussão de medidas de apoio à prática da irrigação nas lavouras brasileiras com o objetivo de baratear os custos dos investimentos reuniu, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), governo, parlamentares e representantes da iniciativa privada. O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Mapa, Caio Rocha, encaminhará ao ministro Mendes Ribeiro as proposições do grupo que avaliará a viabilidade de implementação com os demais segmentos do Governo. O encontro foi uma iniciativa do deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), integrante da Frente Parlamentar da Irrigação da Câmara, e se realizou nessa terça-feira, dia 11 de dezembro, na sede do Ministério, em Brasília.

Entre os assuntos do encontro, a necessidade de avanço nas medidas para alavancar o setor, o armazenamento de água, o elevado custo da energia elétrica para a execução dos projetos, além de questões ambientais, linhas de crédito mais baratas e com prazos mais longos para o produtor pagar e a ampliação das políticas públicas para ampliar a área irrigada, aumentar a produtividade e contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Hoje, o Brasil tem uma área plantada de 68 milhões de hectares de grãos, frutas e fibras. Na pecuária, o espaço no campo é de 180 milhões de hectares. A execução da política de irrigação é para justamente tornar mais intensivo o uso dessas áreas, reduzindo a pressão por novos espaços. O Rio Grande do Sul, por exemplo, está entre os estados que mais irriga no País, são 1,5 milhão de hectares e a predominância é por inundação ou sulcos, representada, sobretudo, pelo arroz. No Brasil, predomina a irrigação por aspersão ou gotejamento.

Para Rocha, o uso da irrigação é um dos itens mais importantes para o aumento da produtividade da agricultura brasileira. O crescimento das áreas irrigadas é apontado como um dos principais fatores que garantiram o suprimento de alimentos em décadas de explosão demográfica. O Governo já está presente em várias iniciativas do treinamento a capacitações, incentivo à pesquisa, assistência técnica e extensão rural. “O importante é evitar riscos inerentes às variações e às mudanças climáticas, garantindo resultados melhores e agregando valor à produção”, disse Rocha.

Segundo o secretário, o Ministério da Agricultura tem garantido no Plano Plurianual/2012-2015 recursos de R\$ 4 bilhões para o financiamento de equipamentos.

Capitais perdem espaço com avanço das commodities. Daniela Amorim - O Estado de S.Paulo. 13/12/2012

Com avanço do preço do minério de ferro, as capitais tiveram a menor participação no PIB desde 1999, segundo o IBGE

A alta no preço do minério de ferro reduziu a participação das capitais no PIB brasileiro para o menor patamar desde 1999, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A fatia desses municípios na geração de riqueza do País passou de 34,5% em 2009 para 34,0% em 2010.

A indústria ganhou participação impulsionada pelo avanço no PIB da atividade extrativa mineral, beneficiada por aumento nos preços das commodities minerais. Dessa forma, os municípios que aumentaram seu peso na geração de riqueza em 2010 foram os produtores de minério, geralmente afastados das capitais dos Estados.

"Todas as vezes em que as commodities minerais estão boas, as capitais perdem peso. Quem ganha peso são os municípios (produtores) que estão longe das capitais", justificou Sheila Zani, gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

Os três municípios que mais ganharam participação no PIB foram puxados pela bonança na produção de minério: Parauapebas (PA), com uma fatia de 0,4% no PIB nacional; Itabira (MG), com 0,2%, e Ouro Preto (MG), com 0,1%.

"As capitais vão perder importância relativa no PIB não por essa queda de agora, que foi causada por preços das commodities. A perda de participação, que vem de 15 anos para cá, é provocada pela interiorização do desenvolvimento. Há cidades do interior que estão crescendo mais do que as capitais", ressaltou Paulo Pacheco, professor de Economia do Ibmec. "É uma mudança estrutural, lenta".

Concentração. No entanto, a riqueza no País permanece bastante concentrada. Apenas seis municípios foram responsáveis por cerca de 25% do PIB em 2010. São Paulo manteve a liderança, com 11,8% do PIB brasileiro. Mas houve perda de participação em relação a 2009, quando esse percentual era de 12,0%, devido ao desempenho mais fraco da indústria de transformação e comércio e serviços de reparação e manutenção. Os demais foram Rio de Janeiro (com 5,0% do PIB), Brasília (4,0%), Curitiba (1,4%), Belo Horizonte (1,4%) e Manaus (1,3%).

Na avaliação do IBGE, esses municípios têm em comum a concentração da atividade de Serviços - Intermediação financeira, comércio e administração pública, com exceção de Manaus, em que há um equilíbrio maior na economia entre a atividade industrial e a de serviços. A ordem entre os primeiros da lista manteve-se a mesma registrada em anos anteriores. Mas, no ranking geral, houve perda de participação de municípios produtores de soja, devido à queda de preços no mercado internacional, enquanto os produtores de minerais ganharam posições.

Líder. O município com maior PIB per capita foi São Francisco do Conde, na Bahia, com R\$ 296.885 por habitante, que abrigava a segunda maior refinaria em capacidade instalada do País. Em segundo lugar ficou Porto Real (RJ), seguido por Louveira (SP), Confins (MG) e Triunfo (RS).

Todos esses municípios tinham baixa densidade demográfica, apontou o IBGE. No mesmo período, o PIB per capita brasileiro foi de R\$ 19.766,33.

O menor PIB per capita no Brasil foi o de Curralinho, no Pará, com R\$ 2.269,82, onde havia predominância do extrativismo e agricultura de subsistência.

Pepe Vargas recebe presidente da Embrapa para estabelecer parcerias em 2013 – Site do MDA. 13/12/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, recebeu, nesta quinta-feira (13), o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antônio Lopes, para definir uma agenda de interesses comuns e de ações para o próximo ano.

Pepe Vargas apontou três áreas importantes para o trabalho conjunto entre MDA e Embrapa: aproximação da pesquisa à assistência técnica e extensão rural; pesquisa em insumos, principalmente de sementes; e produção orgânica e agroecológica. “A identificação dessas áreas prioritárias permite que se defina uma agenda de trabalho para o próximo ano”, antecipou o ministro.

Além disso, Pepe assinalou que dois públicos da agricultura familiar são potencialmente os mais beneficiados por essa parceria da Empresa com o ministério – os extremamente pobres e os agricultores familiares em processo de desenvolvimento.

Maurício Antônio Lopes frisou que um dos desafios da Embrapa é "fazer chegar as tecnologias desenvolvidas pela empresa aos produtores do Brasil que ainda estão à margem do mercado". Ele apontou a cooperação da Embrapa com o ministério como fundamental para atingir esse objetivo. "É o momento de pensar no futuro, de intensificar o diálogo e construir estratégias conjuntas para que o contingente de produtores se beneficie dos avanços tecnológicos."

Na reunião, o secretário da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Valter Bianchini, lembrou que o trabalho de pesquisa pode contribuir para o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, por meio da consolidação de tecnologias e de sementes para o mercado orgânico. O diretor-executivo de Transferência de Tecnologia da Embrapa, Waldyr Stumpf, também participou do encontro.

SAF/MDA e Embrapa já desenvolvem parcerias

Em 2012, o secretário Valter Bianchini visitou 12 unidades da Embrapa em todo o Brasil. Ao lado dos pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp), Sônia Bergamasso e Ricardo Borsato, o secretário esteve nas unidades para saber como as tecnologias geradas pelos institutos de pesquisa são informatizadas e disponibilizadas para outros pesquisadores e para a extensão rural e produtores. A ação foi uma parceria

da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

No início de 2013, os resultados das visitas serão apresentados em nova reunião do MDA com a Embrapa. "Para nós, uma articulação de pesquisa em extensão vai ser um portfólio de tecnologias e de compartilhamento de resultados de pesquisa que poderão ser usados no campo", observou Bianchini.

China amplia as importações de cereais. Leslie Hook e Javier Blas | Financial Times, Valor Econômico. 14/12/2012

O Estado de Nebraska, cercado de terra por todos os lados e encravado no meio do território dos Estados Unidos, nunca se sentiu tão próximo da China, que está importando mais cereais do que nunca. "A China é um destino cada vez mais frequente para as exportações" disse Greg Ibach, secretário de Agricultura do Nebraska, em recente visita a Pequim. Os embarques de produtos agrícolas do Estado americano para a China duplicaram nos últimos cinco anos.

Mas o Nebraska não é o único a chamar a atenção. Desde autoridades chinesas até executivos de tradings mundiais, o setor começou a reconhecer, sem alarde, que a China atravessa uma mudança estrutural ao se tornar uma importadora líquida de grãos. Até recentemente, a China importava apenas pequenas quantidades de arroz de tipo especial, volumes pouco significativos de trigo e quase nada de milho, ao insistir na autossuficiência. Mas isso está mudando: o país asiático, que já era o maior importador mundial de soja, está agora acrescentando cereais como milho, trigo, cevada e arroz à sua lista de compras.

A mudança pode ter implicações profundas para os mercados mundiais de alimentos porque a demanda total da China por grãos é grande em relação ao tamanho do mercado mundial de commodities. "A perda pela China de apenas um pouquinho de autossuficiência significa muita coisa na esfera do comércio exterior", diz Jean-Yves Chow, analista do banco Rabobank, um dos maiores financiadores globais do agronegócio. "Se a China importar 5% do milho que consome, isso é equivalente a um terço ou metade do comércio mundial de milho", afirma ele.

As importações chinesas de grãos já triplicaram até esta altura do ano. Cresceram para 13,4 milhões de toneladas de janeiro a novembro em relação às 4,5 milhões de toneladas do mesmo período de 2011. A farra de compras transformou a China no segundo maior país importador mundial de arroz e cevada, um dos dez maiores compradores de milho e um dos 20 maiores de trigo.

Os principais fatores determinantes dessa tendência são as mudanças de padrão alimentar, num momento em que mais chineses mudam para as cidades, onde normalmente consomem mais carne, o que exige mais produtos agrícolas que são a base da ração animal. A mudança elevou as pressões já enfrentadas pelo setor agrícola da China, que já tenta alimentar seus habitantes, equivalentes a 20% da população mundial, com pouca terra agricultável e pouca água.

Desde que a China ingressou em sua fase de alto crescimento econômico, há mais de três décadas, defrontou-se com advertências apocalípticas de que sua crescente demanda por alimentos geraria escassez em âmbito mundial. De um modo geral, essas advertências se revelaram equivocadas, uma vez que Pequim injetou bilhões de dólares em seu setor agrícola para manter a autossuficiência em três produtos: milho, arroz e trigo.

Embora a China ainda mantenha uma política oficial que determina um nível de autossuficiência de 95% no caso desses produtos - uma política conhecida como "linha vermelha" -, comentários recentes sugerem que a insistência na autossuficiência pode estar começando a perder força.

Chen Xiwen, um graduado funcionário governamental da área agrícola, reconheceu recentemente que o aumento das importações de grãos e de oleaginosas seria inevitável. "Fazer pleno uso dos recursos internacionais e dos mercados internacionais se tornou muito necessário", disse ele em simpósio em Pequim. "A produção agrícola da China cresceu, mas a demanda cresceu ainda mais depressa."

As grandes tradings mundiais estão se posicionando para lucrar com as importações chinesas de cereais. A Louis Dreyfus Commodities, por exemplo, descreve a escalada das importações de milho por parte da China como "uma medida capaz de mudar o jogo".

Executivos do setor dizem que a trading japonesa Marubeni está em posição de liderança para lucrar com as importações chinesas de cereais. A trading comprou este ano a Gaviolon, uma trading americana de grãos de capital fechado, por US\$ 5,3 bilhões, incluindo dívidas, com o objetivo de fornecer milho à China. A aquisição complementa seu acordo firmado em 2009 com a Sinograin, a estatal chinesa encarregada da reserva estratégica de produtos alimentícios, de "ampla cooperação".

Outras empresas também estão se preparando. A trading Archer Daniels Midland (ADM), com ações negociadas em Nova York, lançou este ano uma oferta não solicitada no valor de 2,8 bilhões de dólares australianos pela compra da australiana GrainCorp, uma das tradings independentes de trigo e cevada ainda operantes na região da Ásia-Pacífico. Patricia Woertz, principal executiva da ADM, disse recentemente aos investidores que seu objetivo era "conectar os produtores da Austrália com a crescente demanda mundial por produtos agrícolas e alimentos, principalmente da parte da Ásia", sugerindo interesse pela China.

Cargill, Bunge, Louis Dreyfus Commodities, Noble Group e Glencore também estão investindo em negócios que serão mais lucrativos caso a China importe, grandes volumes de trigo, cevada, arroz e milho nos próximos anos.

Tecnologia que a cidade não vê. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 15/11/2012

O grande desafio é ampliar o número de produtores que fazem parte do agronegócio de sucesso

Agricultura é um conceito amplo. Engloba todo produto de origem animal e vegetal que chega à mesa do brasileiro.

Começa pela madeira usada na construção da mesa, passa pela toalha de algodão que forra essa mesa e tem representação dupla nas carnes.

O frango e o porco são produtos agrícolas que têm como principal alimento a ração produzida à base de cereais. A produção de leite, para ter melhor rendimento e constância, também depende das rações à base de grãos.

É comum a confusão entre agricultura e agronegócio. A agricultura diz respeito ao trabalho do agricultor, da preparação da terra à colheita ou venda dos animais.

O conceito de agronegócio vai além. Abarca a agricultura e inclui as indústrias que produzem insumos dos quais o agricultor lança mão, bem como a indústria que beneficia a produção agrícola e toda a distribuição dos produtos comercializados.

Essa ampla agricultura brasileira, que há muito deixou de ser mera exportadora de commodity, é baseada em forte aparato tecnológico. Falar de agricultura no Brasil atual é discorrer sobre um universo rural de alta tecnologia, do qual a população urbana desfruta, mas pouco vê.

Sementes adaptadas são desenvolvidas com grande esforço por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Aí vêm as máquinas agrícolas, os defensivos, os fertilizantes, o emprego da biotecnologia para modificação das variedades adaptadas.

E ainda temos técnicas de seleção genética, fertilização in vitro e clonagem, largamente empregadas na produção animal, inclusive de peixes.

A despeito do romantismo que pressupõe a atividade de criar, plantar e colher, a disputa entre cada elo da cadeia por maior fatia do lucro do setor nada tem de poética.

O elo mais frágil é o agricultor. Ainda que faça uso da tecnologia, como regra geral ele o faz, não há como superar essa condição de fragilidade, especialmente se o agricultor não tiver escala de produção.

O grande desafio é ampliar o número de produtores que fazem parte do agronegócio de sucesso. Não interessa ao agro ser uma ilha de prosperidade e, sim, um continente de sucesso.

Aumentar, fortalecer e consolidar uma classe média rural deve ser o esforço de todos, como foi com a classe média urbana.

Esse caminho só será possível se fizermos com que toda inovação e toda tecnologia existentes no país cheguem à maioria dos produtores. Hoje, poucos têm acesso ao aparato tecnológico existente.

O instrumento capaz de democratizar o saber e a tecnologia no campo é a rápida implementação de uma política de extensão rural ou de assistência técnica.

Qualificar tecnicamente os produtores para que façam escolhas corretas, para que formatem um plano de negócios e melhorem sua capacitação gerencial são tarefas absolutamente indispensáveis.

São esses instrumentos que nos permitirão multiplicar a produção de nossas terras, sem que se desmate uma única árvore sequer.

O ato de disseminar conhecimento e tecnologia é quase uma profissão de fé. É a forma mais sustentável e honesta de proteger as pessoas e os seus negócios.

Enquanto governos de vários países subvencionam suas agriculturas mundo afora, injetando bilhões de dólares no setor, aqui não existe uma agricultura subsidiada.

O produtor trabalha com o controle de custo na mão e, na hora de definir seu sistema de produção, busca, no mercado, as tecnologias desenvolvidas a duras penas pela Embrapa e pelos produtores de insumo.

Nossa escolha é a busca da inovação, que faz com que possamos superar desafios do danoso custo Brasil.

A agricultura brasileira -que hoje sustenta a balança comercial, gera mais de 1 milhão de empregos a cada ano e participa com 22,5% de toda a riqueza produzida na nação- não vive de benesses governamentais. E não se queixa disso.

Só nos países ricos a sociedade pode se dar ao luxo de bancar a ineficiência de setores da economia que se recusam a investir em tecnologia e inovação, e vivem à caça de subsídios.

Agricultor que sofreu com seca em 84 hoje está em área urbana – Folha de São Paulo. 16/12/2012

Retratado em reportagem sobre a seca publicada pela Folha em 1984, o agricultor aposentado José Pedro de Alcântara, 75, vive hoje na zona urbana de Custódia (340 km de Recife).

Localizado 28 anos depois, em meio a uma nova estiagem prolongada, diz que ainda sofre com a falta de água.

A fazenda que tinha em 84 foi vendida em meados da década de 1990. A barragem construída pelas frentes de emergência na época secou.

Morando em uma casa simples com a mulher, Alcântara diz que considera bom que as frentes de emergência tenham existido. Para ele, a seca atual "pede" a criação de um programa semelhante.

"Já passei por muitas secas. Aquela de 1984 não era igual essa não. Ela judiava muito, o pessoal não tinha nem o que comer, mas essa de agora veio forte."

**Pesquisa demonstra a pobreza gerada com o avanço do agronegócio. Aline Scarso
– Site do MST. 17/12/2012**

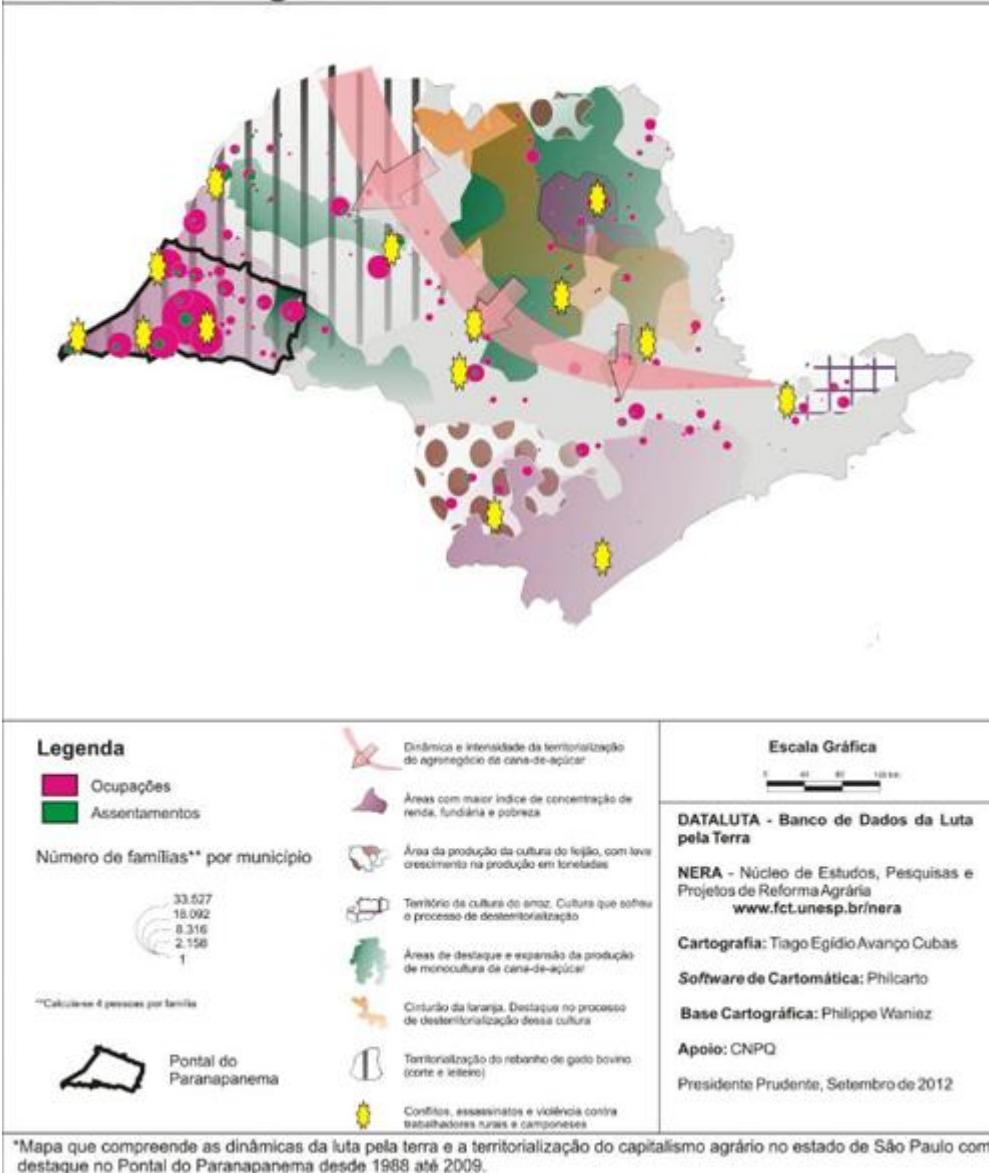
Uma pesquisa de mestrado da Universidade Estadual Paulista (Unesp) mostrou que existe uma relação entre a expansão de atividades do agronegócio e o crescimento da pobreza em áreas específicas do estado de São Paulo. Segundo o estudo, regiões reconhecidas pela força agroindustrial estão passando por um processo de concentração de renda, de terras e de pobreza. O levantamento sinaliza ainda que o agronegócio aproveita a vulnerabilidade das regiões para se instalar e criar raízes. Intitulado São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009, o estudo é do pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), Tiago Cubas. Ele trabalha com dados como o Índice de Pobreza Relativa, Índice de Gini e de Concentração de Riqueza para revelar uma situação de contradição.

Hoje a população rural do estado é de 1,7 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1980 era de 2,9 milhões. De acordo com a pesquisa, a região do entorno da cidade de Ribeirão Preto, a chamada Califórnia Brasileira, é uma das que mais aumentaram o abismo econômico entre a população durante os anos de 1988 a 2009. Situação semelhante também ocorreu no entorno das cidades de Araraquara e Campinas e nas regiões do Pontal do Parapanema – principalmente no entorno dos municípios de Presidente Prudente e Araçatuba, e do Vale do Ribeira, entorno do litoral sul paulista e de Itapetininga (veja mapa abaixo). Dos 645 municípios paulistas cadastrados para mapeamento, apenas 228 municípios conseguiram amenizar a intensidade da pobreza no período pesquisado. No restante, a miséria aumentou.

O autor mostra que as regiões onde isso ocorreu são espaços do desenvolvimento do agronegócio, especialmente da monocultura da cana-de-açúcar. É o caso da Região da Alta Mogiana (Ribeirão Preto, Araraquara e Campinas), onde a cana é preponderante. A área do Pontal do Parapanema, tradicionalmente reduto da pecuária no estado paulista, também sofreu com a expansão da monocultura. “Isso pode significar que o agronegócio escolhe as áreas mais vulneráveis para se instalar e, assim por diante, acirrar as desigualdades sociais e degradar o meio ambiente”, explica o pesquisador.

Além de terem se tornado mais desiguais socialmente, essas regiões são as que mais registram conflitos e assassinatos contra trabalhadores rurais e camponeses. “Quando acoplamos as análises, a representação da expansão da cultura da cana-de-açúcar no período mais recente com os outros elementos é possível ver uma relação com maior incidência de violência”, explica Cubas ao Brasil de Fato.

São Paulo Agrário*



Incentivo dos governos

A cultura da cana-de-açúcar é exercida em grandes extensões de terra e associada ao trabalho precarizado, à expulsão de pequenos proprietários rurais e ao conflito com acampados e assentados da reforma agrária.

De acordo com Cubas, a expansão da cana iniciada pela ditadura civil-militar na década de 1970 – na época, como alternativa diante do crescimento do preço do petróleo – ganhou forte impulso de continuidade no estado de São Paulo graças à presença do PSDB no comando do governo estadual e a entrada do PT na esfera federal. Os ex-ministros do governo Lula, João Roberto Rodrigues (Agricultura) e Antonio Palocci Filho (Fazenda) teriam sido, segundo ele, grandes articuladores do governo com o setor canavieiro.

O crescimento expressivo do setor no estado ficou registrado no número de toneladas produzidas e na exigência de terra, cada vez maior, para plantio. Apenas no estado

paulista, a produção em toneladas da monocultura passou de 138 em 1990 para 239 em 2004 e 426 em 2010. A produção em milhões de hectares para os mesmos anos foi de 1,8; 2,9 e 4,9, respectivamente. Um crescimento bem superior a 100% nos dois casos. O destaque ficou por conta da região de Ribeirão Preto que, em 2010, concentrou as três maiores produções: Morro Agudo (com a produção de 7,9 milhões de toneladas). Barretos e Guaíra - cada qual produzindo 5,8 milhões de toneladas.

Pobreza

“A monocultura da cana-de-açúcar é a que transmite os valores atuais do capitalismo agrário paulista através da expansão indiscriminada de todo o seu aparato”, afirma Cubas, ressaltando que essa pressão tem obrigado assentados a arrendarem seus lotes para o plantio da cana e alugaram sua força de trabalho para o corte nas fazendas.

A assentada da Comuna da Terra Mario Lago, localizada no município de Ribeirão Preto, e integrante da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Kelli Mafort, diz que é possível acompanhar o desenvolvimento da pobreza gerada pela cultura da cana-de-açúcar na região. Segundo ela, muitos acampados e trabalhadores rurais trabalham no corte por falta de outra oportunidade de emprego. “Não só eles, mas muitas famílias assentadas também trazem uma amarga relação com a cana pois carregam até hoje graves problemas de saúde devido ao trabalho exaustivo na atividade”.

Já o acampamento Alexandra Kollontai, localizado no município de Serrana, conta com trabalhadores do corte de cana que se queixam dos poucos postos de trabalho, cada vez mais raros em razão do incentivo à mecanização. Segundo Mafort, o acampamento tem famílias há quase cinco anos acampadas e a paralisia da política de criação de novos assentamentos também contribui para o aumento da pobreza.

Nas mãos de poucos

A pesquisa São Paulo Agrário mostrou ainda que o agronegócio no interior do estado está afetando a concentração de renda e de terra entre a população. Tiago Cubas aponta que a renda apropriada pelos 10% mais ricos vem aumentando nas regiões do Pontal do Paranapanema e da Alta Mogiana, nas quais há o crescimento intenso do agronegócio sucroalcooleiro. “Em 1991 eram 23% dos municípios do estado que tinham a apropriação de 40 a 44% da renda do município para os 10% mais ricos. Esse número chega em 2010, com a mesma amplitude de concentração, em quase 30% dos municípios”, destaca.

E não é somente a renda, a concentração fundiária também cresceu. De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 1995, as propriedades acima de 200 hectares contabilizavam 61% (10.659.891 hectares) do total, enquanto as propriedades igual ou abaixo de 200 hectares chegavam a 39% (6.709.313 hectares). Já em 2006, as propriedades acima de 200 hectares já eram 71% (14.332.546 hectares) do total, ao passo que as propriedades igual ou abaixo de 200 hectares eram 29% (5.840.727 hectares).

Uma das áreas mais desiguais do estado de São Paulo em relação à concentração de renda e terra é o Pontal do Paranapanema. O drama é grande entre as famílias

acampadas na região, em torno de 2 mil que esperam ansiosamente por serem assentadas. De acordo com o assentado e integrante da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Delwek Mateus, apesar de farta oferta de terras devolutas, não há sinalização do avanço da reforma agrária. “No Pontal há grande quantidade de terras públicas de responsabilidade do governo do estado, mas griladas por latifundiários. E o governo estadual, ao invés de transformar essas áreas em assentamentos da reforma agrária, quer regularizar as grilagens”, explica Mateus, em referência ao projeto de lei 687/2011 apresentado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), que legaliza terras griladas no Pontal.

O setor canavieiro no Pontal cresce em extensão e na implantação de usinas para a produção de etanol e açúcar. A falta de oferta de outro tipo de emprego na zona rural também obriga acampados e assentados a viverem da atividade. Segundo Mateus, o agronegócio traz pobreza principalmente para as cidades pequenas que dependem do trabalho no campo. “Cada vez que aumenta a mecanização no campo, há a perda de postos de trabalho. Com diminuição dos postos de trabalho, conseqüentemente há aumento da oferta de mão-de-obra, o que acarreta na diminuição dos salários e exige uma maior produtividade para que o trabalhador tenha um preço digno. Todo esse conjunto de fatores leva a um processo de empobrecimento da população”, argumenta o assentado.

Para Mateus e Cubas, a reforma agrária é uma saída para acabar com a pobreza no campo brasileiro. Mas a julgar pelos investimentos, os governos ainda não enxergam a situação dessa forma. Um exemplo disso é a destinação de recursos diferenciados para a agricultura familiar e para o agronegócio. Enquanto o Plano Safra do Agricultor Familiar de 2011/12 recebeu um investimento total de R\$ 16,2 bilhões, o Plano Agrícola da Agricultura e da Pecuária de 2011/12 conquistou R\$ 107,21 bilhões, 7,2% a mais em relação ao valor dos recursos do plano passado.

A postura “natural” de criminalizar

Durante os últimos três anos, Tiago Cubas também analisou a cobertura impressa sobre as ocupações, assentamentos e outras manifestações de luta pela reforma agrária no estado de São Paulo. Foram estudados mais de 30 mil recortes dos periódicos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, de repercussão nacional, e O Imparcial e Oeste Notícia, com abrangência na região de Presidente Prudente. Uma das conclusões do pesquisador é que a mídia corporativa totaliza a visão das relações capitalistas no campo, estereotipa e não aceita sujeitos e modos de produção alternativos.

O quadro que encontrou é desolador do ponto de vista do acesso à informação sobre as causas dos movimentos sociais. Cubas mostra que notícias e artigos promovem interpretações binárias, nas quais ruralistas são comumente tratados como vítimas e camponeses como assaltantes. Enquanto a luta pela terra é identificada como ação contra a ordem estabelecida, o agronegócio é mostrado pela ótica do progresso, modernização e tecnologia. Não há nuances nem explicações mais profundas capazes de explicar a existência de dois projetos distintos para o desenvolvimento do campo.

Para Cubas, a formação de uma opinião pública desfavorável aos sem-terra contribui para diminuir o estímulo à elaboração e à implantação de planos e programas de reforma agrária no estado. Nada diferente do esperado de uma imprensa que tem fortes

ligações políticas e econômicas com o setor industrial do campo. O jornal Oeste Notícias, por exemplo, pertence é coordenado por Paulo Lima, proprietário da TV Fronteira filiada à Rede Globo e filho de Agripino Lima, ex-prefeito de Presidente Prudente e latifundiário ligado a UDR (União Democrática Ruralista). Já O Imparcial tem como proprietários Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva que, segundo Cubas, fazem parte da elite histórica de Presidente Prudente. “Em nossas análises, esses dois jornais regionais mostram uma íntima ligação entre os seus proprietários e o conteúdo das notícias que revelaram uma memória histórica dos dominadores”, afirma o pesquisador. Já O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo são historicamente reconhecidos pela defesa dos interesses do setor ruralista.

O orientador de Cubas no mestrado, Cliff Welch, acentua que os jornais da grande imprensa contribuem para o processo de aperfeiçoamento do capitalismo industrial no controle sobre a terra. “A partir do final do século 19, podemos documentar o curso paralelo do jornal O Estado de S. Paulo, o então Província de S. Paulo, com a cobertura de Euclides da Cunha das múltiplas campanhas de repressão do arraial de Canudos. Hoje em dia, quando o Estadão apoia a repressão e a criminalização dos sem terra, está tomando uma postura 'natural' da perspectiva da burguesia, para qual a predominância do reino da lei é crucial para manter a ordem dos forasteiros e o progresso (da burguesia)”, ressalta Welch, que é integrante da pós-graduação da Cátedra da Unesco para Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

A fortuna de Rio Verde e de seu prefeito. Gerson de Freitas Jr. – Valor Econômico. 17/12/2012

Em um gabinete improvisado e sem sofisticação, no fundo da recepção de seu hotel, Otaviano Pivetta, o prefeito eleito mais rico do país, discute com seus assessores a composição do time que governará Lucas do Rio Verde, pequeno município a 350 km de Cuiabá.

Gaúcho de Caiçara, Pivetta está prestes a iniciar seu terceiro mandato, depois de governar a cidade entre 1997 e 2004. Com patrimônio declarado de R\$ 321 milhões, ele é o principal acionista da Vanguarda Agro, uma das maiores empresas agrícolas do país, com mais de 200 mil hectares cultivados - uma área maior que o município de São Paulo. Nos próximos quatro anos, também vai se dedicar à administração da cidade de 50 mil habitantes e de um orçamento de pouco mais de R\$ 100 milhões.

Em sua gestão, Lucas do Rio Verde tornou-se referência nacional, com destaque para a educação. Todas as escolas municipais têm piscina e quadra esportiva coberta. No ensino fundamental, três delas figuram entre as dez melhores do Estado, com nota acima da meta nacional para 2021 - grupo onde estão só 3% das escolas brasileiras.

Brizola inspira prefeito mais rico do país. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 17/12/2012

São oito horas da manhã. Em um acanhado escritório ao fundo da recepção de seu hotel, Otaviano Pivetta, prefeito eleito de Lucas de Rio Verde, pequeno município encravado

no centro de Mato Grosso, a 350 quilômetros de Cuiabá, discute com cinco assessores a composição do futuro governo.

Vestindo uma camisa lilás e jeans claros, óculos na ponta nariz, ele folheia o organograma da prefeitura enquanto toma chimarrão, ouve sugestões para cargos e ordena as alterações que serão anunciadas à imprensa no dia seguinte. Apoiado por ampla coligação de partidos (PDT, PR, PSDC, PV, PSDB, DEM, PPS, PSB, PMN, PSC, PRP, PSD E PHS) e eleito com 54,57% dos votos contra um primo de segundo grau, o peemedebista Rogério Ferrarin, Pivetta está prestes a começar seu terceiro mandato depois de governar a cidade entre 1997 e 2004 e fazer seu sucessor.

Desta vez, no entanto, sua eleição extrapolou os limites regionais e ganhou repercussão nacional: Pivetta, que foi deputado estadual antes de voltar a comandar Lucas do Rio Verde, é o prefeito eleito mais rico do Brasil em 2012, com patrimônio declarado de R\$ 321 milhões, com ampla margem sobre o segundo colocado no ranking, seu aliado Mauro Mendes (PSB), de Cuiabá, com pouco mais de R\$ 116 milhões.

Sua campanha custou pouco mais de R\$ 2,5 milhões, de acordo com o declarado à justiça eleitoral. Do total, R\$ 1,7 milhão foi desembolsado pelo candidato. "Um investimento cívico", diz. Outros R\$ 606 mil foram doados pela Fiagril, empresa de insumos agrícolas e biodiesel ligada ao atual prefeito, Marino Franz, e ao vice de Otaviano, Miguel Ribeiro. Seu adversário gastou pouco menos, R\$ 2,1 milhões.

Aos 53 anos, Pivetta é o principal acionista da Vanguarda Agro, empresa fundada por ele em 2004 e uma das maiores produtoras de soja, milho e algodão do país, com mais de 200 mil hectares cultivados (uma área mais extensa que a capital paulista) e ações negociadas na BM&FBovespa. Entre outros negócios, possui ainda granjas de suínos, uma transportadora, terras agrícolas e loteamentos, além de uma incorporadora imobiliária e o hotel. À frente do município de quase 50 mil habitantes, receberá um salário mensal de R\$ 12 mil.

O gabinete improvisado, onde recebe vereadores, empresários e entidades de classe, é um espaço acanhado e com poucos móveis, sobre os quais disputam espaço papéis, mochilas, caixas de papelão e potes de suplementos vitamínicos. Na parede cor de mostarda atrás de sua mesa, o político mantém pendurada uma camisa xadrez de gola puída emoldurada junto a um "santinho" onde se lê "Gordo Pivetta", referência ao apelido de infância. "Essa foi a camisa com que debutei na política. Usei durante toda a campanha de 1996 e só tirava para lavar", sorri.

Pivetta nasceu no pequeno município gaúcho de Caiçara, próximo à divisa com Santa Catarina, onde até hoje vivem seus pais, uma professora e um caminhoneiro e político local. Seu pai, Tilídio, foi duas vezes prefeito da cidade entre 1969 e 1982. Dele, assegura, herdou o gosto pelo "pelo serviço comunitário e a política". Já o "gosto pela terra" foi herdado do avô materno, pequeno agricultor familiar. "Estudava de manhã, numa escola que o [Leonel] Brizola fez, depois corria para a colônia. Meu prazer era a lavoura."

"Os empresários poderiam dar uma contribuição maior ao país se levassem mais a sério a política"

Aos 14 anos, largou os estudos e foi administrar um caminhão comprado pelo pai, seu primeiro "business". Mas, logo aos 18, desistiu do negócio. Por sugestão da mãe, foi cuidar de uma área de 15 hectares que o pai, então gerente de uma frota de tratores de esteira, havia desmatado e adquirido no enclave entre os municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. Começava ali a trajetória de um dos maiores produtores rurais do Brasil.

Pivetta pisou pela primeira vez em Lucas do Rio Verde cinco anos mais tarde, em fevereiro de 1982, quando ajudou na mudança de um tio que, por orientação médica, buscava um lugar mais quente para viver. O tio, "um homem rico", havia comprado de grileiros a posse de 3 mil hectares na região - pouco tempo depois, dois terços da área foram desapropriadas pelo Incra para a reforma agrária.

À época, Lucas do Rio Verde, então um território pertencente à Diamantino, a 200 quilômetros dali, abrigava um projeto de assentamento rural usado pelo regime militar para reduzir as tensões na Encruzilhada Natalino, acampamento que marcou o nascimento do MST. O acampamento, conta Pivetta, ficava a poucos quilômetros de sua propriedade. "Eram legítimos sem-terra, filhos de colonos, vocacionados para a agricultura. Nos fins de semana, enchia o caminhão com os amigos e ia jogar bola com eles".

Nos idos de 1981, o então presidente João Batista Figueiredo incumbiu o temido coronel Sebastião Curió da tarefa de resolver a situação na Encruzilhada. "O Curió foi quem abriu essas terras. Ele nos ofereceu 200 hectares no assentamento de Lucas do Rio Verde e financiamento para 'abrir' 25 hectares. Aceitamos sem ver. Era muita terra", recorda-se o produtor Ildo Romancini, um dos trabalhadores sem-terra assentados em Lucas naquela ocasião. Com o fracasso da primeira safra de arroz, castigada por uma estiagem, e sem crédito, muitas famílias venderam ou abandonaram suas terras e voltaram para o Sul já no ano seguinte. "Meu tio então me ligou para contar que os colonos estavam indo embora e que uma leva de sulistas estava comprando a posse dessas terras", conta Pivetta. Ele então vendeu seus 15 hectares no Sul e, com o dinheiro, comprou 400 hectares em Lucas do Rio Verde.

Na década de 1980 o município estagnou-se economicamente, mas alcançou sua emancipação política. Em 1988 elegeu seu primeiro prefeito, o produtor rural Werner Kothrade, pelo PMDB. Em 1992, seu vice, Paulo Nunes, foi o escolhido, derrotando o pefelista Otacildo Pivetta, o "Chico", irmão mais velho de Otaviano. Lucas demorou a se desenvolver. "Em 1994, o governo fez o linhão de energia ligando Cuiabá a Sinop, que passava por Lucas do Rio Verde. Mesmo assim, não 'baixou a energia' aqui. Isso nos humilhou demais", recorda-se. Em 1996, Pivetta estava de malas prontas para Nova Mutum, onde estava a maior parte de suas terras. "Quando as discussões políticas começaram, pensei: não posso sair sem ao menos tentar. Sempre me interessei pela vida comunitária, pela política". Resolveu disputar pelo antigo PFL (hoje, DEM). Elegeu-se.

Desde então, seu grupo político nunca mais deixou o poder. Pivetta foi reeleito em 2000 e, em 2004, elegeu seu vice, Marino Franz, que se manteve por oito anos no cargo. Neste período, Lucas do Rio Verde passou por profunda transformação, acompanhando o boom econômico gerado pela soja em Mato Grosso. Com a chegada das agroindústrias (Bunge, Cargill, ADM, Amaggi e BRF-Brasil Foods) a partir do fim dos anos 1990, a arrecadação da cidade saltou de pouco mais de R\$ 6,8 milhões, em 1997,

para R\$ 104,3 milhões em 2012 - a indústria é responsável por quase um a cada três empregos. Já a população praticamente quadruplicou, para 45,5 mil habitantes em 2011 - a prefeitura estima que esse número esteja hoje próximo de 55 mil. Os anos 2000 também catapultaram os negócios de Pivetta: em menos de uma década, ele saíra de pouco mais de 7 mil hectares cultivados para 220 mil.

Em 2009, o município alcançou o oitavo lugar no ranking nacional do índice de desenvolvimento municipal da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que leva em consideração dados sobre saúde, educação, emprego e renda. Já o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), da Fundação Getúlio Vargas, coloca Lucas apenas em 1314º no ranking nacional, mas na terceira posição entre os municípios mato-grossenses. Lucas também colocou três escolas municipais entre as 10 melhores de Mato Grosso, de acordo com o Ideb, com nota acima da meta nacional para 2021 - grupo em que se encontram apenas 3% das escolas brasileiras. De acordo com o ISDM, a cidade possui a melhor educação de Mato Grosso.

Pivetta atribui os bons indicadores à filosofia de gestão "baseada em resultado" e ao fato de que Lucas do Rio Verde possui uma estrutura "jovem, sem vícios e penduricalhos". "Não somos um município rico. Temos área de produção relativamente pequena e apenas a 55ª receita per capita do Estado. Tem município que tem o dobro da receita, mas somos melhores em tudo", afirma, não sem algum exagero.

Lucas do Rio Verde

Principais dados



Pivetta não esconde a profunda admiração por Leonel Brizola. Durante a infância, conta, se emocionava ao ouvir, na Rádio Guaíba, os discursos de Pedro Simon e Paulo Brossard sobre o ex-governador, então exilado. "Era um ídolo. Brizola fez quase 6 mil escolas, as 'brizoletas', e levou educação a todo o Estado. Não é à toa que os gaúchos colonizaram todo o Brasil agrícola. Foi um homem ousado e corajoso". As escolas em Lucas do Rio Verde, todas equipadas com quadra esportiva e piscina, têm inspiração brizolista.

Segundo o empresário, 90% dos colonos assentados em Lucas do Rio Verde eram pedetistas. Ele próprio, garante, só se filiou ao PFL para apoiar a campanha do irmão em 1992. "O PDT estava tomado pelo outro grupo político naquela época. Quando tive a chance, voltei." Pivetta filiou-se ao partido fundado por Brizola em 2005, após uma passagem pelo PPS, de Blairo Maggi. "Mas não fizemos muita coisa desde então. Construir partido de que jeito? No Brasil não dá para defender uma sigla, é uma picaretagem completa."

Entre os políticos no poder, Pivetta não esconde sua admiração pela presidente Dilma Rousseff. "Ela conseguiu o direito de ser candidata sem ser populista num momento em que o Brasil chegou quase a se acostumar com o populismo de Lula. Ela também foi do PDT, amiga do Brizola, secretária do Alceu Collares, meio gaúcha, meio mineira", diz. O entusiasmo não o impediu de votar em Serra nas eleições de 2010. "Naquele ano ela veio no palanque do PMDB e isso nos prejudicou muito, porque também éramos da base". Pivetta era candidato a vice-governador na chapa de Mauro Mendes (PSB), que acabou derrotado pelo peemedebista Silval Barbosa.

Sobre Lula, afirma "que foi bom para o Brasil, especialmente pela grandeza de pegar na mão da Dilma e dizer: 'essa será minha sucessora'". "O político tem de saber fazer seu sucessor. Quem faz um bom mandato tem poder para eleger quem quiser". A frase é um autoelogio (Marino Franz, seu sucessor em 2004, terminou o mandato com mais de 80% de aprovação), mas também uma crítica ao ex-governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, de quem foi secretário de Desenvolvimento Rural por apenas seis meses em 2005.

"Blairo foi a nossa inspiração, nosso líder. É um homem humilde, sincero. Fez um primeiro mandato revolucionário, mas optou por não enfrentar o modelo", afirma. Em lados opostos nas eleições de 2010, Maggi e Pivetta se distanciaram. Mesmo assim o ex-governador foi a Lucas oferecer seu apoio a Pivetta.

Apesar de sua ligação afetiva com o brizolismo e o PDT, Pivetta não se considera de esquerda. "Me defino como um produtor de resultado. Se a sociedade me confia um mandato, vou defender seus interesses e cuidar de fazer bons negócios para ela. O que funciona para a empresa, funciona para o governo". O megaprodutor critica o tamanho do Estado, "concorrente dos empreendedores e pouco gentil com quem quer trabalhar e produzir", mas afirma ser "seu dever dar aos menos favorecidos dignidade e oportunidade". Pivetta se diz favorável ao Bolsa Família "desde que liberte o cidadão", ao 'Minha Casa Minha Vida', "programa extraordinário" e o Saúde da Família, "um contribuição fantástica do [José] Serra". Lucas é atendida pelos três programas. Embora tenha sido candidato a vice-governador, Pivetta garante que não tem ambições de comandar o Estado. "Não penso nisso", rechaça. A seu ver, falta-lhe a "simpatia" para aglutinar forças.

O empresário põe em dúvidas o posto de 'prefeito mais rico do país' e diz que seu nome lidera porque declara seus bens pelo valor real, "o que pouca gente deve fazer". Ele garante ainda que, na maior parte do tempo, sequer se lembra do dinheiro. "Minha vida é simples, gosto de viver em sociedade. Para ele, empresários como ele poderiam dar uma contribuição maior ao país se "levassem a sério a política. Há uma cultura entre os empresários de permanente oportunismo em relação à política. Aqui, você ajuda a Dilma com 50 e o Serra com 50, porque é importante que o governo eleito deixe as coisas como estão. Isso é errado!".

Uma era de oportunidades e desafios para os agricultores. Louise Lucas | Financial Times, Valor Econômico. 17/12/2012

Para os agricultores, este é o melhor e o pior dos tempos. Eles estão diante de uma enorme oportunidade: a população mundial cresce de forma mais acelerada que todos os

segmentos setoriais isolados, e cada um de seus componentes precisará comer e beber. E, segundo estimativas, mais de 2 bilhões de pessoas dependem da agricultura para garantir seu sustento.

Mas os desafios são igualmente grandes. Muitos dos 500 milhões de pequenos proprietários rurais, que respondem pela produção de até 80% dos alimentos do mundo, mal conseguem tirar seu sustento com a atividade. Com o crédito muitas vezes negado, eles não conseguem expandir ou investir em técnicas agrícolas modernas.

Na Europa, a mudança da regulamentação deverá eliminar subsídios e aumentar custos. Os agricultores americanos acabam de sair da pior seca de décadas. Em decorrência disso, muitos deles estão sacrificando cabeças de gado por não ter mais condições financeiras de alimentá-las. Seus congêneres europeus estão fazendo o mesmo.

Em todo lugar, talvez até sem causar surpresa, as pessoas estão deixando as fazendas em massa. Os jovens estão indo para as cidades e as pessoas que ficam se aproximam da aposentadoria. No Japão a média dos agricultores tem mais de 65 anos, no Reino Unido passa dos 60 e nos EUA, 55 anos.

As partes interessadas - em tese todos nós que comemos, mas na prática governos, sociedade civil e fabricantes que processam a produção - combatem os desafios com a associação de agricultores até o aprimoramento dos insumos e métodos agrícolas básicos.

Como observa o governo britânico, as cooperativas voltaram à moda, duas ou três décadas após aquelas que eram subvencionadas pelo governo terem sido desfeitas.

Esse processo levou ao surgimento de um grande número de organizações de produtores, que se multiplicaram nos últimos 30 anos, a ponto de que um número estimado em 250 milhões de pequenos produtores rurais dos países em desenvolvimento pertencer a algum tipo de agremiação.

Essas associações possibilitam que os pequenos agricultores consigam insumos a preços melhores, reduzam custos das transações, pulverizem os riscos e obtenham crédito bancário com mais facilidade, além de dar maior poder de barganha com os compradores.

Jim Paice, ex-ministro da Agricultura do Reino Unido, disse que o clamor britânico contra os preços do leite - que recentemente atraiu milhares de produtores para Westminster e fez com que os compradores recuassem em relação aos pretendidos cortes de pagamentos a pecuaristas - foi um exemplo do poder da voz coletiva.

"Os produtores demonstraram que têm capacidade de se unir na adversidade", disse ele a um grupo de 300 pecuaristas em Cumbria.

Para Chris Brett, diretor de sustentabilidade da trading asiática Olam, a resposta é "os produtores rurais se conectarem cada vez mais" e, a exemplo do que ocorre numa empresa, prestarem mais serviços e orientação de prática agrícola, muitas vezes por celular.

A outra arma vista como essencial para os agricultores, sobretudo para os pequenos, é a ciência. Sementes de qualidade superior, resistentes a pragas, a doenças e até a condições climáticas adversas, tanto aumentam a produtividade quanto melhoram a agricultura como atividade econômica.

"Com o passar do tempo, o desafio será verificar se conseguiremos juntar um monte maior de grãos numa propriedade agrícola menor", diz Michael Mack, principal executivo do grupo suíço Syngenta. "Pode-se colher dez vezes mais tomate em um décimo da terra na Índia, mas precisa-se de estufas, e isso exige mais investimento".

A empresa, como outras concorrentes do setor privado e do setor público, já deu passos largos no caso do arroz, sujeito ao ataque de todos os tipos de fungos, insetos e ervas daninhas poderosos. A produção do cereal exige um trabalho intensivo: a cada sete ou 14 dias o agricultor tem de ir a campo, descalço e transportando um pulverizador nas costas. Atualmente melhores produtos químicos, pulverizados por um aparelho semelhante a uma máquina de cortar grama, diminui o trabalho, o desperdício e aumenta a produtividade.

Os métodos naturais de aumento de produtividade não são menos polêmicos. A fazenda modelo do grupo FAI em Oxfordshire, Reino Unido, que produz carne e ovos para o McDonald's, além de testar novos métodos de produção agrícola, abrigou várias ideias desse tipo. As galinhas ficam aparentemente mais satisfeitas se puderem ciscar sob a sombra de árvores. A mesma sombra atrai as libélulas, que são devoradas pelas galinhas. Em sua bucólica felicidade, as aves se esquecem de brigar entre si e botam mais ovos.

No mesmo sentido, o gado é alimentado com uma mistura de forragem de grama. Esse alimento é mais barato que o milho e a soja, inflacionados pela seca, e, pelo fato de as vacas terem de caminhar para cima e para baixo para obter grama, a prática é vista como mais saudável, sob todos os aspectos.

No entanto, há argumentam contrários de que a qualidade do leite e da carne é afetada - o que põe em destaque o fato, indiscutível entre agricultores e economistas, de que consenso é coisa rara até no campo.

Brasil eleva exportações agrícolas para EUA; chineses lideram a lista. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 17/12/2012

O bom momento da agropecuária mundial permitirá que os Estados Unidos exportem US\$ 145 bilhões no ano fiscal de 2013 (de outubro de 2012 a setembro de 2013).

No período fiscal de 2012, as vendas externas dos EUA somaram US\$ 135,8 bilhões.

Se confirmadas, as exportações dos norte-americanos crescerão 7%. Já as importações terão ritmo bem maior, crescendo 11%. Irão a US\$ 115 bilhões, conforme estimativas do Usda (Departamento de Agricultura dos EUA).

A situação vivida pela agricultura norte-americana, principalmente devido à forte seca no Meio-Oeste, trará situações inusitadas.

As exportações de milho, tradicionalmente acima das de trigo, vão ficar bem abaixo das deste último cereal.

Já a China avança na participação dos negócios externos agrícolas dos EUA, não só comprando mais, mas também vendendo mais produtos aos norte-americanos.

Outro destaque é a maior participação do Brasil no mercado norte-americano, provocada principalmente pela expansão das vendas brasileiras de milho.

O Brasil ganha espaço também porque há expansão das importações norte-americanos de "produtos tropicais (açúcar, café, cacau etc.)". O Brasil tem boa participação nesse mercado internacional.

Os gastos dos EUA nesse setor subiram para US\$ 32,3 bilhões no ano fiscal de 2013, 14% mais do que neste.

A China se consolida como o principal parceiro norte-americano no comércio agrícola, desbancando o Canadá pelo terceiro ano.

Os chineses vão importar US\$ 21,2 bilhões, mas vão exportar US\$ 5 bilhões, 75% mais do que há quatro anos, segundo o Usda.

Pepe Vargas destaca importância da Assistência Técnica e Extensão Rural – Site do MDA. 18/12/2012

Em sessão solene realizada na Câmara dos Deputados, na manhã desta terça-feira (18), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, ressaltou a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a agricultura familiar. A sessão foi realizada em homenagem ao dia da extensão rural, comemorado no último dia 6 de dezembro.

O ministro homenageou os profissionais da área e destacou que o avanço da política tem sido, ao longo da história, extremamente importante para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. “Infelizmente, houve época no nosso país em que se abandonou a ideia de Ater. Mas, recentemente, a partir de 2003, houve uma retomada vigorosa da política. Só esse ano o orçamento do MDA e do Incra para Ater foi de R\$ 498 milhões“, enfatizou.

A extensionista rural Selma Aparecida Tavares, 48 anos, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), recebeu, em nome da categoria, a homenagem das mãos do ministro. Ela, que trabalha há 27 anos na área, afirmou estar surpresa com o reconhecimento do trabalho que a extensão rural tem para o homem do campo. “Para nós, o trabalho é uma missão. Há muito tempo não temos esse reconhecimento político. A extensão rural é um trabalho necessário, ela é o braço direito do produtor, ela que dá os primeiros passos. É gratificante o reconhecimento de que a nossa missão é importante”, afirmou.

Atualmente, cerca de 30% da agricultura familiar brasileira tem acesso aos serviços de Ater no País. Desde 2003, o MDA mantém parcerias com as entidades estatais (governamentais e não governamentais), sendo que os recursos do ministério atendem diretamente mais de 560 mil famílias, entre agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Lei Ater

Com a Lei 12.188, de janeiro de 2010, as entidades responsáveis pela prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural são contratadas por meio de chamadas públicas, desburocratizando o processo, já que dispensa a licitação. O diretor acrescenta que, só para este ano, R\$ 395 milhões estão disponíveis para as chamadas públicas de Ater, o que demonstra a preocupação do governo federal com a inovação tecnológica no campo e com o aumento de renda das famílias. Os contratos podem ser renovados por até 60 meses.

Para o MDA, o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

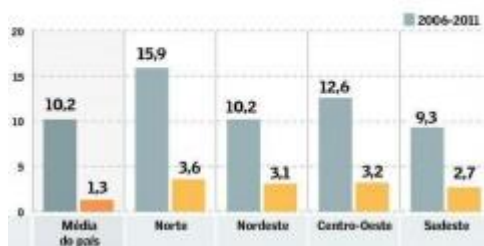
Bolsa Família ganha maturidade e renda no Nordeste deve crescer menos. Arícia Martins – Valor Econômico. 18/12/2012

Beneficiado por políticas de transferência de renda nos últimos anos, a região Nordeste pode passar por alguma desaceleração em seu nível de consumo daqui em diante em função de um crescimento menor do Bolsa Família. A renda gerada pelo valor médio dos benefícios pagos aos atendidos multiplicada pela quantidade de bolsas alcançou R\$ 17,36 bilhões no ano passado, o que representa avanço médio anual de 10,2% em termos reais entre 2006 e 2011, acima dos 6,2% registrados pela massa de renda previdenciária e do crescimento de 5,8% da massa do trabalho. Os cálculos são da Tendências Consultoria, com base em dados do Ministério de Desenvolvimento Social, da Previdência e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse dinâmica se manteve semelhante em 2012, mas deve mudar. Como o Bolsa já atingiu um alto nível de universalização, a expectativa de especialistas é que essa massa de renda aumente em ritmo bem mais modesto nos próximos cinco anos, o que pode diminuir o ritmo de expansão do consumo em regiões mais pobres do país, especialmente no Nordeste, onde os rendimentos provenientes do programa representam 2,6% do total da renda familiar - mais que o dobro do peso de 0,9% na média do país e, por isso, foram importantes para impulsionar o comércio recentemente.

Em ritmo menor

Alta média anual da massa de renda do Bolsa Família - em



A alta de dois dígitos na massa de renda do programa social veio muito mais em função de reajustes nos benefícios, já que, entre 2006 e 2011, a bolsa média saltou 60%, ao passar de R\$ 85 para R\$ 137, em um ritmo médio anual de 18% em termos nominais. Nestes cinco anos, o salário mínimo subiu 55%, sem descontar a inflação. Embora em menor medida, também houve inclusão de novas famílias atendidas, que aumentaram de 11 milhões em 2006 para 13,8 milhões no ano passado.

Sócio e economista da Tendências, Adriano Pitoli avalia que 2012 ainda foi um período de crescimento forte para o Bolsa Família, ano em que o pagamento do recurso de expansão do Brasil Carinhoso, de forma que todos os integrantes superem o patamar de renda de R\$ 70 mensais, foi ampliado para famílias com jovens até 15 anos. Antes, o complemento era destinado somente a famílias com crianças até seis anos.

Para o período de 2013 a 2017, porém, a consultoria estima que a massa de renda originada pelo programa irá crescer a um ritmo médio anual de apenas 1,3%, descontada a inflação, com avanço menor tanto nos reajustes dos benefícios como na inclusão de novas famílias. "Há um incentivo político para a ampliação do benefício e o governo pode flexibilizar as regras para quem pode recebê-lo, mas algumas famílias não precisariam mais da bolsa em algum momento", diz Pitoli.

O analista nota que a renda no Nordeste avançou a um ritmo médio de 7,4% ao ano entre 2006 e 2011, ao passo que, na média nacional, esse crescimento foi bem menor, de 5,7%, desempenho que em sua opinião está ligado à maior presença do Bolsa Família nessa região e também ao elevado peso da renda de aposentadorias, em sua maioria reajustadas pelo mínimo.

Segundo Pitoli, a variação mais robusta do que no resto do país deu mais fôlego ao consumo nordestino: nos últimos cinco anos, o volume de vendas no varejo restrito, que não inclui veículos e material de construção, ficou 9,2% maior no Nordeste, mais de um ponto percentual acima da média de 8,1% observada no país. Para os próximos cinco anos, no entanto, o analista não trabalha com comportamento tão favorável das vendas na região.

Pedro Ferreira de Souza, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que é possível o número de beneficiados chegar a, no máximo, 15 milhões em um período de dois a três anos, a depender da eficiência das prefeituras para encontrar pessoas aptas a receber a bolsa, mas ainda vê margem para correções acima da inflação nos benefícios per capita caso o governo altere algumas regras do programa. "É um programa muito barato. Ao contrário do salário mínimo, não depende muito do espaço fiscal disponível para haver aumentos reais", diz.

Ainda assim, afirma Ferreira, a tendência é que a massa de renda do programa cresça a passos bem mais modestos nos próximos anos, o que, no entanto, não deve comprometer severamente a expansão da economia nordestina em sua visão. "As aposentadorias rurais têm muita representatividade na região, que também está recebendo investimentos pesados. O Bolsa Família serve muito mais para aumentar o bem estar de famílias pobres do que para alavancar o crescimento."

Para Alexandre Rands, sócio da consultoria nordestina Datamétrica e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o programa social atingiu praticamente toda a população abaixo da linha de pobreza, o que aponta para aumento marginal de sua massa de renda nos próximos anos, ainda assim puxado somente por reajustes nos benefícios. Segundo Rands, esse cenário certamente terá efeito sobre o crescimento econômico do Nordeste nos próximos anos. "As bases de crescimento mais elevado do Nordeste mudaram, e a região irá voltar a crescer dentro do padrão nacional".

Dilma Roussef defende parceria do governo com o setor agropecuário para transformar o mundo rural brasileiro – Site da CNA. 19/12/2012

A presidente da República, Dilma Roussef, defendeu nesta quarta, 19, em Palmas a mobilização de todas as armas necessárias para que o agricultor brasileiro possa produzir mais e dar ao morador da zona rural as mesmas condições de qualidade de vida dos moradores na área urbana. "Acredito que nossa parceria é fundamental para transformar o mundo rural brasileiro", discursou a Presidente, ressaltando que "os produtores rurais tem direito à agricultura de alta tecnologia e de qualidade vida à altura da importância que este setor tem na economia brasileira como um todo". A declaração foi feita durante a formatura do Pronatec no Tocantins, realizada na Escola de Tempo Integral Caroline Campelo, no Setor Santa Fé em Palmas.

Ao lado da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu, do ministro da Educação, Aloízio Mercadante, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, do governador Siqueira Campos, do vice-governador João Oliveira, dos senadores Marco Antônio Costa (PSD), João Ribeiro (PR) e João Costa (PPL), do deputado federal Irajá Abreu (PSD), do prefeito de Palmas, Raul Filho e dos secretários de Educação de Palmas e do Tocantins, a presidente Dilma entregou os diplomas para representantes dos 5 mil alunos que se formaram, escolhidos dentre as 13 delegacias regionais de ensino do Estado. Antes, porém, assistiu a uma apresentação da Orquestra Sanfônica (formada por sanfoneiros) da Escola Estadual Vila União, de Palmas. A solenidade teve a participação de alunos de todo o Estado que se deslocaram para a Capital em 80 ônibus alocados especialmente para tal, da região do Bico do Papagaio (600 km ao Norte de Palmas) ao Paralelo 13 (400 km ao Sul da Capital).

A senadora Kátia Abreu, presidente da CNA e do conselho deliberativo do Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, parceiro do Ministério da Educação no Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, agradeceu à Presidente pela atenção com que tem respondido a todas as suas solicitações e ressaltou a importância estratégica do programa, que forma jovens de acordo com a necessidade do mercado de trabalho e lhes proporciona educação profissional, estimula o empreendedorismo e geração de renda. "Mais do que ensinar a pescar, hoje é necessário

que ensinemos nossos jovens a vender o seu peixe. Ao investir em projetos como este, Dilma tem mostrado que além de ser a administradora eficiente e intolerante com a corrupção, é a presidente da educação.”

O ministro da Educação, Aloízio Mercadante, mostrou números que provam o sucesso da parceria com os governos estaduais e municipais e comemorou o fato do Pronatec ter atingido 2,5 milhões de jovens no primeiro ano. O governador do Tocantins, Siqueira Campos lembrou que quando se investe em educação, cria-se um futuro mais seguro e agradeceu a presidente por trazer este presente na semana do Natal.

Após ouvir o discurso de um dos formandos, Venâncio Carneiro Ribeiro de 17 anos, Dilma iniciou sua fala agradecendo à senadora Kátia Abreu, ao ministro da Educação, Aloízio Mercadante e a todos os professores que se dedicaram pelo sucesso do Pronatec Rural. A presidente também ressaltou a importância da parceria com o Sistema S para fortalecer o ensino profissionalizante e assim, transformar o Brasil em uma nação empreendedora, no patamar dos países desenvolvidos. “Hoje é um dia histórico porque essa é a prova que se dermos oportunidades aos nossos jovens, eles aproveitarão e terão qualidade de vida. O Brasil pode sim ter educação de qualidade e um futuro melhor.”

Dilma terminou seu discurso defendendo a destinação dos royalties do petróleo para a educação e afirmou que deseja voltar ao Tocantins para conhecer o Jalapão e anunciar investimentos em saúde, infraestrutura e moradia. Disse que a educação é o caminho para o crescimento do país, ressaltando a importância da medida provisória que destina 100% dos recursos dos royalties do petróleo ao setor educacional. “Somos um país que precisa fazer duas coisas: superar a pobreza e, ao mesmo tempo, se posicionar para ser uma das nações tecnologicamente mais desenvolvidas do mundo. Entre as duas exigências, a ponte tem nome. O nome dela é educação”, disse ela. A presidente argumentou que os recursos dos royalties serão importantes para investimentos em creches, educação integral e alfabetização na idade certa, até os 8 anos.

Vale vende unidade de fertilizantes à Petrobras. Rafael Rosas – Valor Econômico. 19/12/2012

A Vale fechou a venda, por US\$ 234 milhões, de sua fábrica de nitrogenados em Araucária, no Paraná, para a Petrobras. Em comunicado, a Vale informou que o negócio renderá a ela uma economia de US\$ 50 milhões por ano na sustentação das operações na unidade.

Araucária conta com uma unidade com capacidade de produção de 700 mil toneladas por ano de ureia, 475 mil toneladas de amônia e 450 mil metros cúbicos de Arla 32. A matéria prima utilizada é o resíduo asfáltico fornecido pela Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada no município.

O valor será pago pela Petrobras em parcelas trimestrais, corrigidas por 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O pagamento será feito com a receita proveniente do arrendamento dos direitos minerários de titularidade da Petrobras à Vale, de Taquari-Vassouras e do projeto Carnalita.

A venda ainda depende do Cade. Em nota, a Petrobras ressaltou que Araucária "complementa os demais ativos de fertilizantes da Petrobras, possibilitando maior proximidade com os mercados de São Paulo e Paraná, maior disponibilidade de armazenamento e modais de transporte, otimização do mix de produção de cada fábrica para atender aos perfis de seus mercados adjacentes e potenciais sinergias com a Repar".

Safra será grande, mas as margens devem cair. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 19/12/2012

Sustentado pelos preços ainda elevados da soja e do milho no mercado internacional, o agronegócio brasileiro deve ter mais um ano positivo em 2013, apesar de um possível encolhimento das margens devido ao aumento dos custos de produção. A avaliação é do coordenador do Centro de Agronegócio da FGV-EESP, Roberto Rodrigues, que espera ainda uma recuperação de segmentos que sofreram em 2012, em especial os de aves e suínos.

Em entrevista ao **Valor**, Rodrigues manifesta, porém, pessimismo em relação às cadeias citro e sucoalcooleiras, que passam por uma grave crise. Para ele, a citricultura - afetada pelo excesso de oferta de suco de laranja e a queda da demanda nos países desenvolvidos - deverá experimentar um ajuste "doloroso", com a debandada de agricultores e o encolhimento da produção em São Paulo.

Ministro da Agricultura durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, Rodrigues sobe o tom das críticas ao governo quando avalia os problemas enfrentados pelo setor de cana-de-açúcar. Para ele, a resistência da equipe econômica em ajustar os preços da gasolina está "destruindo" o setor, já que o etanol tornou-se um produto menos competitivo do que o derivado do petróleo em praticamente todo o país.

Rodrigues considera que o Brasil fez muito pouco nos últimos anos para resolver os gargalos do setor e que uma eventual queda nos preços das commodities, em 2014, pode expor essas fragilidades. Além do déficit na infraestrutura de transportes e armazenagem, o especialista chama a atenção para a falta de políticas de renda, acordos comerciais bilaterais e recursos para pesquisa e desenvolvimento. Ele classificou ainda como "inaceitável" que o país não tenha superado definitivamente o risco de febre aftosa, o que o impede de exportar carnes para mercados importantes como Japão e Coreia do Sul.

Para o ex-ministro, o Brasil "negligencia a oportunidade que lhe oferecem de mão beijada", de ser o maior responsável pelo aumento na produção de alimentos nos próximos anos. "Nos falta estratégia."

"Sim, é preciso investir e ganhar produtividade, mas quem vai investir se não há rentabilidade?"

Valor: *O agronegócio vislumbra mais um ano positivo em 2013?*

Roberto Rodrigues : Falando especificamente de soja e milho, o Brasil deve colher uma produção muito grande em 2013. Mas deve ser uma safra menos rentável do que

nos últimos anos, porque os custos de alguns insumos, como os fertilizantes, subiram em meio à demanda aquecida. E é possível que os preços caiam em relação a 2012, porque a quebra da safra americana aparentemente não foi tão significativa quanto se estimava inicialmente. Mesmo assim, será um ano de renda elevada, porque os estoques globais continuam abaixo da média dos últimos 10 a 15 anos após perdas de produção nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil e na Europa Central. E a demanda se mantém aquecida, uma vez que a crise financeira que afeta a Europa não chegou aos emergentes com o vigor que se podia esperar.

Valor: *Outros setores, como os de aves e suínos, enfrentaram problemas neste ano. Há perspectiva de recuperação?*

Rodrigues : O ajuste feito pela avicultura e, particularmente, pela suinocultura foi muito dramático, mas está praticamente concluído. Provavelmente não será um ano dourado, mas a tendência é que seja melhor do que 2012. Não apenas porque o ajuste está feito, mas porque os preços dos grãos [matéria-prima para a produção de rações] podem cair um pouco e a demanda está aquecida. Tenho dúvidas sobre o que vai acontecer com os produtores de leite, porque certamente teremos um problema com o custo de produção. A alta dos preços dos grãos ainda não chegou a esse setor, porque tivemos um inverno chuvoso, que impediu a degradação dos pastos. Mas temo que tenhamos um problema de renda em 2013.

Valor: *Os preços do café também caíram muito em 2012. É um segmento que preocupa?*

Rodrigues : Não, porque o café terá uma safra menor devido ao ciclo bianual da cultura e os estoques não são excepcionais. Não creio que será um ano pior do que este, em termos de preços. A renda bruta deve diminuir, porque a produção será menor, mas o cenário para o produtor deve evoluir.

"Mantidas as condições normais de produção, a tendência é que tenhamos grandes safras em 2013 e 2014"

Valor: *Quais setores demandam mais atenção?*

Rodrigues : Há dois segmentos que enfrentam problemas muito graves. O primeiro deles é a citricultura. Os estoques mundiais de suco são muito grandes, a crise nos países desenvolvidos fez encolher o mercado, que agora enfrenta a concorrência de outros tipos de suco e novos refrigerantes, que ganham um espaço muito grande junto aos jovens. O esforço do governo tem sido pequeno diante da gravidade do problema.

Valor: *Como combater esse desequilíbrio?*

Rodrigues : Falta uma série de coisas para a citricultura, sobretudo liderança. Tinha uma grande expectativa em relação à criação do Consecitrus [conselho que vem sendo costurado há mais de dois anos para tentar ordenar as relações entre produtores e indústria em São Paulo, maior parque citrícola do mundo], mas a briga entre as lideranças e entidades do setor está inviabilizando essa discussão. A modernização institucional desse setor é fundamental. Temos uma concentração industrial gigantesca, e o Consecitrus seria a grande saída para dar equilíbrio à relação entre produtores e

indústria. Já o governo poderia ajudar a fomentar o mercado interno, financiando estoques e promovendo o consumo de laranja na merenda escolar e a distribuição de suco por meio programas sociais.

Valor: *Sem o Consecitrus ou uma ação mais firme do governo, o que deve acontecer?*

Rodrigues : Sem isso, o ajuste será social, pela exclusão e, portanto, doloroso. Teremos uma enorme debandada do setor para outras atividades, principalmente para a cana-de-açúcar. Esse é o outro setor que passa por um momento delicado, uma crise sem tamanho.

Valor: *A que se deve a crise do setor sucroalcooleiro?*

Rodrigues : Basicamente à inação governamental, a uma questão que até as pedras das cidades produtoras de etanol conhecem: o preço da gasolina continua artificialmente baixo, o que inviabiliza a competição do etanol. O governo argumenta que faz isso para controlar a inflação, mas o preço é que a sociedade tem de bancar o prejuízo da Petrobras. É inacreditável a erosão que a Petrobras está sofrendo por causa dessa política de preço.

Valor: *O governo argumenta que o setor tem um problema de produtividade.*

Rodrigues : O governo fica repetindo que precisa aumentar a produtividade, mas é espetacular o que avançamos em produtividade desde o Proálcool. Tivemos alguns problemas climáticos nos últimos dois a três anos, um cenário mais favorável para a produção de açúcar, mas o efeito disso é marginal. Sim, é preciso investir e ganhar produtividade, mas quem vai investir se não há rentabilidade? O setor carece de um marco institucional mais adequado. O fato é que inexistente uma estratégia pública. Temos um setor globalmente promissor, com um horizonte espetacular nas áreas de bioeletricidade e alcoolquímica, que está sendo destruído por inação política.

Valor: *Por que a indústria não consegue sensibilizar o governo?*

Rodrigues : O setor sucroalcooleiro é um setor de gente poderosa, de grandes multinacionais que conseguem acessar os governos individualmente e tratam com os poderosos de Brasília os seus próprios problemas, e não os problemas do setor. E não há nada que o governo mais goste do que isso: cada um pede uma coisa diferente e você não dá nada para ninguém. Essa é uma tribo de caciques sem índios, muito pouco liderável, porque todo mundo é líder.

Valor: *O etanol foi uma prioridade nos primeiros anos do governo Lula. A descoberta do pré-sal atrapalhou?*

Rodrigues : Muita gente me faz essa pergunta, mas não tenho uma resposta. Obviamente, o petróleo surgiu como uma alternativa, que, por sinal, está difícil de amadurecer. Estamos importando gasolina cara e vendendo barato. Mas esse é um problema fácil de resolver, basta equilibrar os preços da gasolina e do etanol. A Petrobras precisa disso e o setor sucroalcooleiro também. E o governo precisa entender que, quando Bunge, Cargill, ADM e as grandes petroleiras investiram no etanol, não tinham em mente o mercado doméstico, mas o mercado mundial, uma coisa muito mais

ampla. E o Brasil tinha de liderar esse processo. Não de vender álcool, mas de vender usina, tecnologia, legislação, conhecimento, todo o 'know-how' que a gente acumulou nesses 40 anos, que é o que realmente vale dinheiro.

"É inacreditável a erosão que a Petrobras está sofrendo por causa dessa política de preço"

Valor: *Do ponto de vista institucional, tivemos algum avanço nos setores em 2012?*

Rodrigues : Avançamos pouco e em basicamente dois temas. No front da tecnologia, tivemos o Programa ABC [Projeto Agricultura de Baixo Carbono, do Ministério da Agricultura, que visa a estimular sistemas produtivos que integrem lavoura e pecuária], que é muito relevante para a imagem do Brasil lá fora e que é capaz de mudar paradigmas sobre o uso da terra. Há um esforço real do governo para implantar isso, apesar da burocracia brutal. A tentativa de regionalização das políticas agrícolas - uma ideia antiga, que era defendida quando a agricultura familiar ainda estava sob o chapéu do Ministério da Agricultura - voltou à tona e é relevante, porque não se pode ter a mesma política agrícola para o produtor da serra gaúcha e o produtor de Rondonópolis (MT).

Valor: *Quais são as prioridades?*

Rodrigues : A essência, que é a estratégia, continua intocada. A logística ainda é o tema central. Vamos ter safra recorde no ano que vem. O que vai acontecer com a nossa estrutura portuária, de armazenagem? Ninguém sabe. A presidente [Dilma Rousseff] mexeu no tabuleiro, mas muita gente ainda está cética. O seguro rural e as políticas de renda, como um todo, não avançam, embora o Banco do Brasil tenha criado uma seguradora específica para tratar do setor. A lei do seguro é de 2003, mas não decola. A política comercial está totalmente paralisada. Colocamos todos os ovos em Doha, que está desmaiada há 11 anos. Chile, Colômbia e México têm acordos bilaterais com um monte de gente. O Brasil não possui nenhum. Nossa pesquisa está abandonada. O Instituto Agrônomo de Campinas e o Instituto Biológico, que são os pais da Embrapa, não têm dinheiro para fazer pesquisa, não têm recurso para nada. É uma tragédia, e o risco é ficarmos cada vez mais para trás no campo da inovação. E aí entra um subcapítulo dramático, que é a nossa defesa sanitária. É inaceitável que não possamos vender carne para alguns mercados por que ainda convivemos com o risco da aftosa. Precisamos de uma política continental de defesa, que seja liderada pelo Brasil. Temos que acabar com a aftosa no Paraguai, na Bolívia.

Valor: *Ao encobrir esses problemas, os anos de prosperidade do agronegócio provocaram uma acomodação?*

Rodrigues : É exatamente a história da política comercial. Os preços estão tão bons, então porque se preocupar com protecionismo? Mas é o contrário! Quando os anos estão bons é que você tem de resolver os problemas estruturais, porque virão os anos de vacas magras. Isso é tão certo quanto dois mais dois é igual a quatro.

Valor: *Quando virão?*

Rodrigues : Isso é um exercício de adivinhação, uma previsão de altíssimo risco. Mas há uma corrente crescente entre os especialistas que acredita que os preços cairão para valer já em 2014. Claro que podemos ter outra seca nos Estados Unidos ou problemas com pragas, e aí essa previsão cai por terra. Mas, mantidas as condições normais de produção, a tendência é que tenhamos grandes safras em 2013 e 2014, porque os preços ao produtor são muito atraentes, e isso deve pesar lá na frente.

Valor: *A desaceleração da China preocupa?*

Rodrigues : O processo de urbanização da China é uma realidade e vai se manter. A demanda por alimentos vai aumentar e a produção local vai diminuir, porque eles terão de redirecionar a água do campo para as cidades. Portanto, eles terão de comprar mais produtos agrícolas. O problema com a China é a agregação de valor. Está na hora de o Brasil ter uma negociação mais firme nesse sentido. A China quer comprar a soja e esmagá-la lá. Ela está certa, porque quer agregar valor em seu território. Mas o Brasil quer agregar valor aqui e também está certo. Então precisamos criar um mecanismo de aproximação e dizer o seguinte: China, este ano a gente vai exportar 100% de grão, mas ano que vem será 90% grão e 10% farelo. No ano seguinte, será 80% grão e 20% farelo. Precisamos, paulatinamente, sair da commodity para o produto de maior valor agregado. É um esforço que precisa ser liderado pelo governo, mas também deve ser uma briga do setor privado. E não deve se restringir à China, mas tem de ser com a Índia, os Estados Unidos, a União Europeia, o Canadá, para que a gente não seja eternamente um exportador de matéria-prima.

Valor: *Falta iniciativa ao Brasil?*

Rodrigues : O mundo todo acha que o Brasil é relevante para a agricultura. Quando a OCDE diz que o Brasil precisa aumentar sua produção em 40% em dez anos para que o mundo possa aumentá-la em 20%, é uma demanda relevante para a qual o Brasil está de costas. É como se dissesse 'não, obrigado, não quero produzir'. O Brasil negligencia a oportunidade que lhe oferecem de mão beijada. Se tivermos uma estratégia e assumirmos esse papel, vamos voar muito rapidamente porque os recursos humanos disponíveis no Brasil são fantásticos, e sobra gente no mundo querendo investir aqui. O que nos falta é uma base institucional adequada, uma estratégia.

BNDES libera R\$2,2 bi para fábrica de fertilizantes da Petrobras – O Estado de S. Paulo. 20/12/2012

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 2,2 bilhões de reais para a instalação da terceira fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras, informou o banco de fomento nesta quarta-feira.

A nova fábrica, em Três Lagoas (MS), será a maior de fertilizantes nitrogenados do país e deverá entrar em operação em setembro de 2014, de acordo com o BNDES.

As outras duas fábricas da Petrobras neste setor ficam em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE).

O objetivo com essa nova fábrica é "reduzir a dependência de importação para obter insumos essenciais ao crescimento e melhoria da produtividade agrícola brasileira", disse o BNDES, em comunicado.

Toda a produção de ureia da terceira unidade será destinada ao mercado, mas apenas 70 mil toneladas anuais de amônia irão para venda, já que a própria fabricação de ureia vai consumir a maior parte.

Com essa nova fábrica, a necessidade de importação de ureia cairá de 66 por cento para 39 por cento das cerca de 4 milhões de toneladas que o país consome por ano, segundo o BNDES.

Nesta quarta-feira, a Petrobras detalhou o programa de corte de custos de 32 bilhões de reais de 2013 a 2016.

Rabobank vê outro ano positivo para o campo. Fernando Lopes – Valor Econômico. 20/12/2012

Mesmo que considere improvável uma aceleração da recuperação das economias desenvolvidas e encare 2013 como "nada promissor" em termos de crescimento global, o Rabobank, banco de origem holandesa com forte atuação no agronegócio, projeta que as principais cadeias produtivas do setor no Brasil terão um ano em geral positivo, com demanda firme e preços ainda em elevados patamares para grande parte dos produtos exportados pelo país.

No front doméstico, a instituição, que considera que as contas públicas encontram-se equacionadas, prevê um maior crescimento do PIB, ainda que aquém da capacidade, e lembra que as taxas de desemprego são as menores da história e que segue em curso um movimento de inclusão social que dão suporte ao consumo. Ao mesmo tempo, vislumbra um cenário de estabilidade para o câmbio - que no nível atual, com o dólar entre R\$ 2 e R\$ 2,10 é mais favorável aos exportadores.

"O governo passou a intervir no mercado de câmbio de forma mais determinada, mas já sinalizou que, acima disso, haverá um incômodo inflacionário", afirma Robério Costa, economista-chefe do Rabobank Brasil. "A situação de excesso de dólares presente nos últimos anos, responsável por uma constante pressão para valorização do real ante as principais moedas globais, apresenta alguns sintomas de esgotamento", afirma o estudo "Perspectivas para o Agronegócio Brasileiro", concluído pelo banco nas últimas semanas.

Nesse contexto, para os principais grãos cultivados no país (soja e milho) o horizonte é promissor. Nos dois casos, a relação entre oferta e demanda global segue apertada após as quebras de produção na América do Sul na safra 2011/12 e nos Estados Unidos em 2012/13, em virtude de severas estiagens, o que dá fôlego aos preços. Estes podem até recuar a depender de incrementos da produção e das condições macroeconômicas mundiais e seus reflexos sobre o apetite da China, mas para degraus ainda remuneradores, apesar da alta dos custos.

O Rabobank observa que, segundo o Departamento da Agricultura dos EUA (USDA), a produção global de soja deverá somar 264 milhões de toneladas na safra 2012/13, 11% mais que em 2011/12, mas que a demanda deverá chegar a 258 milhões de toneladas, o que mantém o mercado com pouca folga. No Brasil, que deverá liderar a produção e as exportações do grão no ciclo atual, superando os EUA, a semeadura está na reta final. E a China, que reduziu sua área plantada, tende a ampliar as importações em 3%, para 93 milhões de toneladas, apesar de ser possível alguma desaceleração.



No tabuleiro do milho há ainda menos gordura. Segundo o USDA, a relação global entre a oferta e a demanda do cereal, que em 2011/12 foi de 15,2%, deverá cair para 13,7% em 2012/13, menor patamar em 40 anos. Segundo o Rabobank, isso deve favorecer a transmissão dos preços de paridade de exportação ao mercado interno brasileiro. Para soja e milho, pesarão ao longo do ano que vem não só a maior produção sul-americana nesta safra 2012/13 como o provável forte salto nos EUA no ciclo 2013/14, que começará a ser plantado no segundo trimestre.

"O mercado, no momento, subestima a apertada relação entre estoques e consumo de grãos. Mas não há, por exemplo espaço para novas quebras climáticas" como as que prejudicaram as últimas safras de EUA, Brasil e Argentina, afirma Renato Rasmussen, analista do departamento de pesquisa e análise setorial do Rabobank. Se as recuperações se confirmarem, é de se esperar maior pressão sobre as cotações no segundo semestre de 2013. Nesse caso, o Rabobank projeta que o milho poderá fechar o ano que vem mais perto de US\$ 6 por bushel (medida equivalente a 25,2 quilos) na bolsa de Chicago, ante os pouco mais de US\$ 7 praticados atualmente.

Mesmo que venha mais para o fim de 2013, uma queda como essa favoreceria as cadeias produtivas de carnes de frango e suína, que viram o aumento dos custos dos grãos comer suas margens de lucros neste ano. A expectativa do Rabobank é que o consumo e os preços internacionais de ambas as carnes subam no próximo ano, estimulando exportações brasileiras e oferecendo suporte aos preços domésticos desses produtos. A limitada oferta mundial de carne bovina - no Brasil a situação é mais confortável - também deve colaborar para sustentar os preços das carnes de frango e suína. A oferta de carne suína, por sinal, foi prejudicada pela alta de custos.

Conforme o estudo, a oferta de carne bovina tende a seguir escassa graças sobretudo aos EUA e à União Europeia. Assim, com boa oferta doméstica de animais para abate, os frigoríficos caminham para garantir margens positiva nesta frente em 2013, como já aconteceu neste ano. "No Brasil, o ciclo da pecuária continua com oferta razoável. Se as exportações de carne bovina confirmarem as expectativas e crescerem, os reflexos

poderão colaborar para a alta dos preços das carnes de frango e suína", afirma Guilherme Melo, analista sênior do Rabobank Brasil.

Para o segmento sucroalcooleiro, a instituição projeta mais problemas para o açúcar do que para o etanol. Depois de dois anos de déficit de produção de açúcar e outro com excedente insignificante, a produção global reagiu e os estoques engordaram, o que reduz o espaço para valorizações. "Ao que tudo indica, os tempos de preços altos de açúcar chegaram ao fim, pelo menos por enquanto", afirma o estudo. Para o etanol, a provável elevação da mistura de anidro na gasolina no Brasil de 20% para 25% e o esperado aumento dos preços do hidratado, em linha com os reajustes da gasolina, delineiam um 2013 de maior rentabilidade. "E as exportações de etanol poderão aumentar", prevê Rafael Moreira Barbosa, analista econômico júnior do Rabobank Brasil.

No café, os sinais disponíveis indicam um cenário positivo para a produção mundial, apesar da safra mais fraca no Brasil - em razão da bienalidade que marca a cultura -, mas também para o consumo. Assim, o Rabobank projeta queda da relação entre estoques e consumos mundiais em 2012/13, mas acima dos "níveis alarmantes" de 2010/11, o que poderá levar a uma acomodação dos preços externos em patamares inferiores aos picos de 2011. "Para os cafeicultores brasileiros, as margens ainda serão boas, apesar de menores", afirma Guilherme Melo.

Considerada pela equipe do Rabobank, no início deste ano, uma das "commodities do medo" de 2012, ao lado do câmbio, o algodão não só confirmou as expectativas como seus preços tendem a continuar em queda. "Os estoques estão altos, e mais da metade deles estão na China. Os chineses têm mantido um bom ritmo de compras, mas teremos que esperar para ver como eles vão se comportar", observa Melo.

Entre os principais insumos, o estudo do Rabobank contempla os fertilizantes e destaca a tendência de aumento da produção global. Mas, com commodities como soja e milho com bons preços, o espaço para baixas dos adubos é limitado, segundo o analista Jefferson Carvalho.

Governo elabora plano para a pecuária – Folha de São Paulo. 21/12/2012

Segundo ministro da Agricultura, produtores terão incentivo para reformar pasto degradado e adotar tecnologia

Após caso atípico de vaca louca no Paraná, ministério afirma que vai investir em defesa e gestão no próximo ano

No momento em que o setor de carnes volta a ficar em evidência devido a problemas sanitários, o governo formula um plano para a pecuária.

Entre as medidas, estão a criação de linhas de crédito diferenciadas, de um fundo garantidor e de um plano plurianual de investimentos.

O objetivo é incentivar a reformulação de pastagens degradadas, a adoção de novas tecnologias e o planejamento financeiro dos pecuaristas.

"Precisamos ter políticas agrícolas distintas para cada público", disse ontem o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, à Folha.

O governo também quer um modelo de estabilização das relações contratuais entre pecuaristas e frigoríficos. A ideia é que se crie uma espécie de "Consecarne", a exemplo do setor de cana.

"Não há setor que não precise de um amortecedor", disse o ministro, lembrando que os produtores de aves e suínos mais afetados pela alta do milho neste ano não são integrados com a indústria.

VACA LOUCA

Na área de defesa agropecuária, o ministério trabalha para profissionalizar a gestão.

Uma das ações será a abertura de processo seletivo, em janeiro, para a contratação de fiscais agropecuários -o primeiro em dez anos.

O ministro diz também ter orçamento aprovado para aumentar a capacidade dos laboratórios e para a consultoria prestada pelo comitê de competitividade liderado pelo empresário Jorge Gerdau.

Para evitar polêmicas como a do episódio da vaca louca no Paraná, o governo pretende exigir mais autocontrole das empresas. "Quando algo dá errado, a culpa também é do empresário, que fez a coisa inadequada", disse o secretário-executivo do ministério, José Carlos Vaz.

Para o governo, o caso atípico de vaca louca foi esclarecido com o mercado financeiro, com a população, com a maioria dos importadores e com a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal), que deve formalizar em fevereiro o status de risco insignificante do Brasil para a doença.

Restam as batalhas comerciais. "Passado um certo tempo, se for o caso, vamos à OMC (Organização Mundial do Comércio)", disse Vaz, referindo-se aos sete países que barram a carne do Brasil. Ontem, Taiwan, irrelevante para a exportação, entrou na lista.

Clima tende a favorecer agricultura, mas há riscos. Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 26/12/2012

Se depender do que apontam os mapas meteorológicos, os produtores rurais podem voltar a sonhar com alguma normalidade no campo em 2013. As quebras de safra provocadas pela seca acentuada em diversos países no ano passado não deverão se repetir - ao menos não nos primeiros seis meses do ano. As chuvas devem voltar. E, com elas, uma forte recuperação na oferta global de commodities agrícolas.

A expectativa para o período é a que os especialistas do tempo chamam de "padrão neutro": a inexistência de El Niño ou La Niña. Desse modo, as chuvas deverão ocorrer dentro da média esperada para cada estação do ano na maior parte das regiões produtoras dos Estados Unidos, Europa e Brasil. O sinal amarelo continua, no entanto,

aceso para a Ucrânia, um grande produtor de trigo, onde a seca poderá se prolongar por mais alguns meses.

"É a primeira vez desde 2004 que vemos um padrão neutro tão bem definido e longo como esse", afirma Celso Oliveira, da Somar Meteorologia. "Teremos nos próximos meses chuvas dentro da média, ou até um pouco acima, diferentemente da seca predominante da última safra".

Segundo ele, a normalização não representa, porém, uma boa distribuição das precipitações. Isso quer dizer que pode chover em uma semana o volume previsto para a estação inteira, algo implícito na dinâmica de chuvas.

No Brasil, onde a estiagem prejudicou a produção de algodão e grãos no Nordeste e de grãos no Paraná e Rio Grande do Sul, levando à redução do PIB do agronegócio no primeiro trimestre, o clima deverá dar alento a partir da segunda quinzena de janeiro aos produtores nordestinos. No Sul choverá dentro da média, que em geral é baixa na região. "O problema do Sul é que o padrão normal de chuvas não é o desejável pelo produtor", diz Oliveira. "Mas não será a seca de 2012".

Segundo o engenheiro agrônomo Emerson Nunes, coordenador técnico de grãos da Cocamar, cooperativa no Paraná, o clima seco já afetou a produtividade da soja plantada em setembro, embora a situação tenha melhorado nas últimas semanas em razão da ocorrência de precipitações mais intensas e gerais. "A soja se recuperou bem", disse ele, acrescentando que 25% das lavouras já estão em fase de granação, o período mais crítico, quando não pode faltar umidade. "Se chover bem em janeiro, podemos ainda colher 50 sacas, em média, por hectare. Não será um ano maravilhoso, mas também não será ruim", afirmou.

Em compensação, Sudeste e Centro-Oeste, que abrangem boa parte do "cinturão verde" do país, e o Norte podem fugir à regra. Nessas regiões existe a possibilidade de uma alta de até 30% sobre o que normalmente chove entre janeiro e março. Se confirmado, podem ocorrer dois efeitos indesejáveis: deixar a soja, em período de desenvolvimento, "ardida" (tomada por fungos e embolorada, o que afeta o seu valor comercial) e atrapalhar os esforços de manutenção das lavouras, já que a chuva impede a pulverização de defensivos.

A hipótese de umidade maior coloca em alerta os produtores de grãos de Mato Grosso. O Estado já tem sofrido com chuvas irregulares nas últimas semanas. "No mesmo município, chegou a chover 200 milímetros em uma semana e nada na outra. Mas ainda é cedo para mexermos na previsão de produtividade", diz Nery Ribas, diretor técnico da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).

A maior preocupação é com a disseminação da ferrugem asiática, a principal doença da soja e que é imensamente favorecida pela umidade. Na safra 2012/13, o Consórcio Nacional Anti-Ferrugem já identificou 28 casos no país, nove deles em Mato Grosso. "O fungo já está na área, presente no ar, e pode ser facilmente levado pelo vento", diz Ribas. Segundo ele, se as chuvas forem sequenciais, pode haver dificuldade em fazer o controle com fungicidas para combater a praga. "As precipitações atrasam a aplicação, e se passarem dois ou três dias, pode ser o suficiente para que a lavoura seja tomada pela ferrugem".

A possível ocorrência de mais chuvas em um período de "padrão neutro" deve-se, no caso brasileiro, ao aquecimento das águas do Oceano Atlântico durante o verão e, portanto, maior evaporação - com a ausência de La Niña e El Niño (o esfriamento e aquecimento do Pacífico, respectivamente), os olhares dos meteorologistas voltam-se automaticamente para os fatores locais.

"Uma das características do verão é que as frentes frias se tornam mais vagarosas. A partir do início do ano elas podem ficar até 15 dias paradas sobre o mesmo lugar", explica Oliveira, da Somar. "É quando a evaporação mais intensa do Atlântico se junta a essas frentes frias, há mais chuvas". São os períodos conhecidos como "invernadas" - caracterizados por temperaturas mais baixas, dias cinzentos e mais chuvas.

Nos Estados Unidos, onde a maior seca em 50 anos reduziu a produção de milho em mais de 100 milhões de toneladas e na Europa, o plantio do primeiro semestre deverá ser beneficiado por chuvas dentro da média para a primavera, que se estende de abril a junho no Hemisfério Norte. No Meio-Oeste americano, a expectativa é de chuvas na média ou até 20% acima. Contudo, a porção sul dos EUA pode ser afetada por baixa precipitação, prejudicando as lavouras de algodão. Para essa região, que envolve Alabama e Texas, deve chover 20% menos nos primeiros meses do ano.

"A incógnita continua sendo o segundo semestre, quando os Estados Unidos entram em fase de colheita e o Brasil, de plantio", diz Oliveira. A meteorologia deve ter um quadro mais claro sobre o comportamento do clima nesse período apenas em fevereiro.

Pobreza extrema de crianças pode ir a 0,6% - O Globo. 27/12/2012

Ipea divulgou estudo sobre efeitos do Brasil Carinhoso

Estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, se o Programa Brasil Carinhoso, do governo federal, tivesse sido instituído em 2011, a quantidade de crianças brasileiras vivendo em extrema pobreza - ou seja, com renda familiar mensal de R\$ 70 - teria caído para 0,6% da população de até 15 anos. Hoje, 5,9% das crianças estão nessa situação.

O documento explica as mudanças pelas quais o Programa Bolsa Família passou de 2003 a 2011. Durante o período, constatou-se que o programa era mais efetivo entre famílias com renda mensal próxima a R\$ 70. No entanto, não era capaz de mudar a situação de famílias sem renda, ou com renda muito inferior ao parâmetro estabelecido.

A nota técnica, intitulada "O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise potencial de redução da pobreza extrema", mostra o impacto do novo programa, implementado em maio de 2012, no Bolsa Família.

O diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Rafael Guerreiro Osorio, explicou que as famílias que eram extremamente pobres e que tinham crianças de até 5 anos, mesmo recebendo o benefício, continuavam extremamente pobres. A situação mudou com o novo programa posto em prática.

- As famílias que eram extremamente pobres e que tinham crianças de 0 a 5 anos, mesmo recebendo o benefício, continuavam extremamente pobres. Agora, o benefício deixa de ser pago em função da composição familiar e passa a ser pago em função do hiato de pobreza, ou seja, do quanto falta para a família deixar de ser extremamente pobre - afirmou Osorio.

O estudo é esperançoso quanto às condições das crianças vivendo em situação de miséria no país. "De acordo com as simulações, a mudança no desenho de benefícios introduzida pelo Brasil Carinhoso pode fazer com que o PBF dê um grande salto de efetividade no combate à extrema pobreza. Mais importante, pode produzir a situação inédita na História brasileira de termos as crianças de 0 a 15 anos com taxa de pobreza extrema próxima à da população em geral", afirma o trabalho.

Segundo o texto, mesmo sem o Brasil Carinhoso, o Bolsa Família teve o poder de reduzir a taxa de pobreza extrema da população de 5,3% para 3,4%, e a taxa de pobreza da população de 0 a 15 anos de 9,7% para 5,9%. Com a simulação do Ipea, se tivesse sido implantado no ano passado, o Brasil Carinhoso poderia ter reduzido essas taxas a, respectivamente, 0,8% e 0,6%.

- Teríamos a conquista histórica de atingir uma taxa de pobreza extrema entre a população de 0 a 15 anos menor ou igual à taxa registrada entre a população total. Trata-se de uma revolução de nossa política social - ressaltou Osorio. - A redução de pobreza em 2013 será muito maior com o Brasil Carinhoso do que seria sem o programa, ou se permanecêssemos com o desenho antigo do Bolsa Família.

No lançamento do estudo, o presidente do Ipea, Marcelo Neri, apresentou números sobre a melhoria da situação das crianças no país durante os últimos anos.

- Em dez anos, a mortalidade infantil caiu 10% no Brasil. Entre as crianças de 0 a 4 anos, houve redução de 21 pontos percentuais na pobreza de 2001 a 2011. Algo está acontecendo, e não é mais do mesmo. O jogo mudou - avaliou Neri.

Defesa agropecuária fica à mercê de emendas. Tarso Veloso – Valor Econômico. 27/12/2012

O montante de recursos disponíveis para financiar o sistema brasileiro de defesa agropecuária - no qual estão alocadas as ações contra a febre aftosa no rebanho bovino - vai depender de emendas parlamentares para não sofrer uma queda em 2013. A proposta que o governo enviou ao Congresso para o orçamento de 2013 prevê uma redução de 17,6% nos recursos destinados a essa finalidade - de R\$ 295 milhões para R\$ 243 milhões.

O relator setorial do orçamento, deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA), reduziu ainda mais o montante, para R\$ 233 milhões, mas previu R\$ 173 milhões adicionais por meio de emendas parlamentares. Desse modo, a defesa agropecuária passaria a contar com R\$ 407 milhões. Contudo, esse valor dificilmente será todo empenhado, uma vez que a liberação das emendas é incerta - com elas, o valor previsto para a sanidade em 2012 foi a R\$ 377 milhões, mas apenas R\$ 212 milhões foram executados até outubro.

Ontem, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do orçamento, anunciou que o projeto de lei que define o orçamento para 2013 só será votado na volta do recesso legislativo, em 5 de fevereiro. Até lá, a proposta pode sofrer alterações. No orçamento de 2012, o valor proposto pelo executivo foi de R\$ 295 milhões, mas o Congresso aprovou apenas R\$ 280 milhões.

O Ministério da Agricultura não comenta o assunto oficialmente. Uma fonte da Pasta diz, no entanto, que o objetivo é otimizar a aplicação dos recursos destinados à defesa, com investimentos em laboratórios e pessoal. O ministério já prometeu realizar concursos para contratar 300 técnicos de laboratório e cerca de 200 fiscais agropecuários federais - o número não está fechado e pode aumentar -, além de 300 agentes de inspeção sanitária. A estrutura atual conta com 1.793 agentes de inspeção sanitária, 3.209 fiscais agropecuários e 94 técnicos de laboratório.

O aumento da quantidade de vagas para profissionais de laboratórios fez com o que ministério aumentasse de R\$ 80 milhões para R\$ 110 milhões os recursos destinados principalmente ao pagamento de salários da categoria.

A fonte afirmou que, apesar do orçamento menor, o valor efetivamente empenhado na defesa agropecuária será maior em 2013. "O ministério possui a promessa de que mais dinheiro será liberado ao longo do ano", disse.

Na proposta orçamentária que enviou em agosto ao Congresso, o governo definiu que o orçamento de 2013 do Ministério da Agricultura seria de R\$ 9,1 bilhões, 4% maior que a proposta para 2012, que previa gastos de R\$ 8,7 bilhões. No entanto, durante a tramitação do Projeto de Lei 024/2012 na Comissão Mista de Orçamento, o valor total subiu para R\$ 10,5 bilhões, ligeiramente acima dos R\$ 10,3 bilhões executados durante esse ano.

O pagamento de funcionários responde pela maior parte do aumento das despesas. Para 2012, o orçamento previa R\$ 4,6 bilhões para "pessoal e encargos sociais". Em 2013, a proposta orçamentária para a mesma despesa passou para R\$ 5 bilhões - um aumento de 8,7%. Em contrapartida, o montante destinado a investimentos caiu quase 28%, de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 1,3 bilhão.

Depois da expressiva quebra da produção agrícola na safra 2011/12 nas regiões Sul e Nordeste, devido a fenômenos climáticos, o ministério elegeu como prioridade do seu orçamento a proteção às lavouras. Para isso, destinou R\$ 400 milhões para a subvenção ao prêmio do seguro rural, um aumento de 236% ante os R\$ 127 milhões de 2012.

Em 2012, o Ministério da Agricultura precisou suar a camisa e recorrer a outras fontes para garantir a subvenção ao prêmio do seguro. Graças a emendas parlamentares, o valor total previsto para o subsídio foi de R\$ 174 milhões. No início de dezembro, o governo conseguiu liberar mais R\$ 100 milhões em créditos complementares via Congresso.

Para não depender de ajudas extras e levar adiante seu plano, o ministério definiu que algumas áreas e órgãos deveriam reduzir seu gastos. Criticada pelo próprio ministro Mendes Ribeiro devido a problemas com o abastecimento de milho, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) deverá amargar a maior redução - 24,56%.

Agricultores familiares atendidos por assistência técnica rural crescem 400% no Brasil Sem Miséria – Site do MDS. 27/12/2012

Ano se encerra com mais de 180 mil famílias beneficiadas no campo, onde se encontram 47% do público do plano destinado a combater a pobreza

Os investimentos do Plano Brasil Sem Miséria na área rural beneficiaram 180.533 em 2012 por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O número é 400% maior do que o verificado no final do ano passado, quando havia 35.500 pequenos produtores sendo atendidos.

Para superar a extrema pobreza no campo, onde se encontram 47% do público-alvo, o governo tem como prioridade aumentar a produção, com a orientação e o acompanhamento técnico e oferta de insumos e água. Os agricultores familiares têm acompanhamento continuado e individualizado por equipes profissionais, contratadas prioritariamente na região.

Além disso, atualmente 15.772 famílias recebem R\$ 2,4 mil cada para ampliar suas produções. O recurso, conhecido como fomento, é pago em parcelas semestrais, durante dois anos, e serve para que os agricultores familiares possam adquirir insumos, como sementes e adubos, e equipamentos.

Já as famílias que adotam práticas de conservação dos ecossistemas, substituindo queimadas e desmates por atividades de manejo e preservação ambiental, podem receber o Bolsa Verde. Até novembro, 20.226 famílias que vivem em situação de extrema pobreza na região amazônica e assentamentos de todo o país participam da ação, recebendo cada uma R\$ 300 a cada trimestre.
